



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS (DCSAH)
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

IAN KENNEDY VIANA NORONHA

COLORA: CENTRO DE APOIO A CULTURA APODIENSE
Projeto de requalificação do entrono do balneário da Lagoa de Apodi – RN

PAU DOS FERROS – RN
2022

IAN KENNEDY VIANA NORONHA

COLORA: CENTRO DE APOIO A CULTURA APODIENSE
Projeto de requalificação do entorno do balneário da Lagoa de Apodi – RN

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal Rural do Semiárido como
requisito para obtenção do título de Bacharel
em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Monique Lessa Vieira Olimpio,
Profa. Dra. - UFRSA

Coorientadora: Tamms Maria da Conceição
Morais Campos, Profa. Dra. - UFRSA

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

N852c Noronha, Ian Kennedy Viana.
Colora: Centro de Apoio a Cultura Apodiense -
Projeto de requalificação do entorno do balneário
da Lagoa de Apodi ? RN. / Ian Kennedy Viana
Noronha. - 2022.
80 f. : il.

Orientadora: Monique Lessa Vieira Olimpio .
Coorientadora: Tamms Maria da Conceição Moraes
Campos.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Arquitetura e
Urbanismo, 2022.

1. Cultura apodiense. 2. Espaços de Cultura. 3.
Espaços de Lazer. I. Olimpio , Monique Lessa
Vieira , orient. II. Campos, Tamms Maria da
Conceição Moraes , co-orient. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo autor(a).

Biblioteca Campus Pau dos Ferros
Bibliotecária: Erlanda Maria Lopes da Silva
CRB: 1115

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

IAN KENNEDY VIANA NORONHA

COLORA: CENTRO DE APOIO A CULTURA APODIENSE
Projeto de requalificação do entorno do balneário da Lagoa de Apodi – RN.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal Rural do Semi Árido,
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Defendida em 25 de novembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Monique Lessa Vieira Olimpio
Presidente

Profa. Tamms Maria da Conceição Moraes Campos
Membro Examinador

Profa. Rafaela Santana Balbi
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

Ao meus pais, Vanda Pinheiro, por sempre investir em minha educação e todo o apoio durante a graduação, e Kennedy Noronha por me motivar nos momentos mais difíceis. Aos meus irmãos, tias, tios e avós que sempre se mantiveram presentes de alguma forma durante este processo. Também sou grato ao maior presente que a família ganhou, minha sobrinha Yasmin que chegou unindo toda a família e renovando as esperanças.

Sou grato a todos os amigos e colegas que a universidade me presenteou, graças a eles as dificuldades foram encaradas de forma mais leve. Durante este período como discente da UFERSA tive a oportunidade de participar de projetos incríveis que me proporcionaram um amadurecimento significativo, sou grato ao ALPENDRE e Empresa Junior PRIRÂMIDES por todas as oportunidades que me foram dadas. Também deixo meu agradecimento a Equipe Raquel Cavalcante Arquitetura pela oportunidade de experimentar o mercado de trabalho e me proporcionar ensinamentos, amizades e experiências únicas.

Durante este período algumas pessoas foram além das relações de amizade e se tornaram família. Minha gratidão a Cícero França, Hierro Giovanni, Jonath Oliveira e em especial a Francisco Caio que dividiu todas as dificuldades e trabalhos comigo, e a minha amiga Brenna Katherine por todo apoio e cumplicidade durante os últimos anos. A minha amiga Laysa Rodrigues agradeço por todo cuidado e companheirismo.

A Danielle Bessa, Igor Mateus, Luine Izabela, Talison Cardoso, Carla Torres, Leticia Shelry, Maria Régis, Guilherme Sampaio, Thalia Rocha, Wiriany Katia, Ramon Bezerra, Henrique Lima, Gabriela de Sousa, Miriam Ferreira, Roberta Suzy, Jayne Coriolano, Lucas Lenin, Hugo Leonardo, Marcelo Oliveira, Jerônimo Dantas, Heitor Almeida, João Vitor, Márcio Coriolano, além de muitos outros que não citei aqui, mas que foram fundamentais nessa jornada, meu muito obrigado.

Aos professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo, por todo empenho e dedicação mesmo com as inúmeras dificuldades, meu muito obrigado. A minha coorientadora Tamms Maria por todo o apoio e apontamentos feitos ao trabalho e a minha orientadora Monique Lessa que me auxiliou durante este trabalho com tanta paciência e dedicação, que não me deixou desistir, que acreditou no meu potencial, que foi uma mãe, muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho consiste em um Projeto de requalificação do entorno do balneário da Lagoa de Apodi/RN, denominado COLORA: CENTRO DE APOIO A CULTURA APODIENSE. Partiu do interesse do autor em valorizar a cultura e o povo indígena da Cidade de Apodi/RN, que devido a inúmeros fatores sofreram com um processo de marginalização e apagamento de seus costumes, saberes e práticas. Contudo, nos últimos anos alguns fatos indicam a força e resistência desse povo, a exemplo a criação do Museu do Índio Luiza Cantofa – Centro Histórico Cultural Tapuia Paiacu da Lagoa do Apodi, cuja existência e localização enaltecem a dois elementos potenciais a serem valorizados e protegidos: o patrimônio imaterial e natural do município. O primeiro, relacionado à comunidade indígena, de modo a incentivar o avivamento/proteção de suas práticas culturais, bem como pela memória afetiva da população, uma vez que o museu fica próximo ao Balneário da Lagoa, um espaço antes utilizado para prática de esportes e lazer, mas que hoje perdeu boa parte desta vitalidade. O segundo elemento potencial está relacionado à paisagem natural notável da Lagoa de Apodi. Logo, a intenção foi trabalhar as relações entre a Arquitetura e Urbanismo e a preservação da cultura apodiense. Para tanto, foram realizados estudos bibliográfico e documental, levantamentos de campo, uma entrevista informal com a apodiense Lúcia Paiacu Tabajara, bem como análises de projetos correlatos, resultando um espaço de lazer e cultura que visa proporcionar aos apodienses e turistas um ambiente de recreação e de conexão com a área e com a história da região, por meio de praças, espaços de caminhada e contemplação e prestação de serviços, promovendo o uso sustentável da área.

Palavras-chave: Cultura apodiense; Espaços de Cultura; Espaços de Lazer.

ABSTRACT

This work consists of a Project for the requalification of the surroundings of the balneary of the Apodi's Lagoon, called COLORA: APODIAN CULTURE SUPPORT CENTER. It started from the author's interest in valuing the culture and indigenous people of the City of Apodi/RN, which due to numerous factors suffered from a process of marginalization and erasure of their customs, knowledge, and practices. However, recent facts indicate the strength and resiliency of these people, such as the creation of the Museum of the Indian Luiza Cantofa – Tapuia Paiacu da Lagoa do Apodi Historical Cultural Center. The existence and location of this museum praise two potential elements to be valued and protected: the intangible and natural heritage of the municipality. The first reason is related to the indigenous community. We want to encourage the revival/protection of their cultural practices as well as the affective memory of the population. The museum is located near the balneary of the Apodi's Lagoon, a space that was previously used for sports and leisure but which today has lost much of its vitality. The second potential element is related to the remarkable natural landscape of Apodi's Lagoon. The aim was to improve the relationship between architecture and urbanism and the preservation of Apodian culture. In order to achieve this, bibliographical and documentary studies, field surveys, and an informal interview with the Apodian Lúcia Paiacu Tabajara were carried out, resulting in a leisure and cultural space, that aims to provide the Apodian and tourists with an environment of recreation and connection with the area and with the history of the region, through squares, spaces for walking and contemplation, and the provision of services, promoting the sustainable use of the area.

Keywords: Apodian Culture; Culture Spaces; Leisure Spaces.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da cidade de Apodi.	14
Figura 2: Localização inicial no calçadão da lagoa de Apodi/RN.	15
Figura 3: Localização inicial e atual do projeto.	15
Figura 4: Vista aérea da área de intervenção com destaque para o balneário e para o Museu do Índio Luiza Cantofa.	16
Figura 5: Iconografia das nações indígenas. Nilton Xavier Bezerra.	21
Figura 6: Sítio arqueológico do Lajedo de Soledade, com detalhe para gravuras rupestres.	23
Figura 7: Prédio do Museu do Índio Luiza Cantofa – Centro Histórico Cultural Tapuia Paiaçu da Lagoa do Apodi, antes e depois da reforma.	24
Figura 8: Itens do acervo do museu.	24
Figura 9: Localizações do Aldeamento Indígena Tapuias Paicu, do Lajedo Soledade, da região central do município de Apodi e do Museu do Índio Luiza Cantofa.	25
Figura 10: Zoneamento do município de Apodi, com destaque para a área de intervenção.	28
Figura 11: Caracterização da área de intervenção, sua vizinhança e a área central do município de Apodi.	29
Figura 12: Delimitação do terreno para intervenção.	31
Figura 13: Planta topográfica.	31
Figura 14: Destaque para a topografia da área e para o restaurante do balneário.	32
Figura 15: Vegetação existente na área.	32
Figura 16: Gráfico das temperaturas do município de Apodi.	33
Figura 17: Rosas dos ventos para município de Apodi.	34
Figura 18: Gráfico de chuva para município de Apodi.	34
Figura 19: Ilustração dos ventos predominantes e da trajetória solar em relação a área de intervenção.	35
Figura 20: Estratégias bioclimáticas a serem consideradas no projeto.	36
Figura 21: a) Restaurante do Balneário da Lagoa de Apodi; b) competição de natação; c) premiação dos vencedores da competição de natação.	37
Figura 22: Vista área do complexo cultural.	39
Figura 23: Visualização dos acessos.	39
Figura 24: Características da arquitetura tradicional chinesa.	40
Figura 25: Corte – Pavilhão Principal.	40
Figura 26: Estrutura interna da sala circular.	41

Figura 27: Vista aérea.	42
Figura 28: Harmonização da arquitetura com o exterior.....	42
Figura 29: Espaços internos.	43
Figura 30: Materialidade.	44
Figura 31: Vista aérea da passarela para pedestre.....	45
Figura 32: Zona linear.....	46
Figura 33: Passarela.	46
Figura 34: Espaço de atividades.....	47
Figura 35: Logo do Centro de Apoio a Cultura - COLORA.....	48
Figura 36: Programa e Pré-dimensionamento.....	50
Figura 37: Zoneamento dos equipamentos.....	51
Figura 38: Fluxograma dos equipamentos.	52
Figura 39: Definição do partido arquitetônico-urbanístico.....	53
Figura 40: Decomposição da forma das edificações.....	54
Figura 41: Moodboard.....	55
Figura 42: Calçadão para a Lagoa de Apodi.	57
Figura 43: Praça de transição.	57
Figura 44: Praça de transição, com detalhe para os <i>splash pads</i>	58
Figura 45: Calçadão para a Lagoa de Apodi, com escadaria e rampa para o Platô 2.	58
Figura 46: Praça do Platô 2, localizada entre o restaurante e centro de convivência.....	59
Figura 47: Praça do Platô 2, com detalhe para o mobiliário inspirados no artesanato e nas peças monolíticas encontradas no museu do índio.....	59
Figura 48: Vista externa do restaurante, com área de deck.....	60
Figura 49: Vista interna do restaurante.	60
Figura 50: Vista externa do Centro de Convivência.	61
Figura 51: Vista interna do Centro de Convivência.....	61
Figura 52: Vista interna do Centro de Convivência.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Índices Urbanísticos (ZEU).....	29
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PROJETEE	Laboratório de Eficiência Energética em Edificações (LaBEE), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNDEVAP	Fundo Para o Desenvolvimento do Vale do Apori

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A CULTURA INDÍGENA NO BRASIL	19
2.1	A cultura indígena no Rio Grande do Norte.....	20
2.2	Poty, Pody, Apodi	22
3	O LUGAR.....	27
3.1	Terreno, vizinhança e legislação incidente	27
3.2	Condicionantes ambientais	33
3.3	Social e cultural.....	36
4	LUGAR(ES) DE CULTURA E LAZER COMO LUGAR(ES) DE MEMÓRIA E DE PRESERVAÇÃO.....	38
4.1	Centro Cultural Shangai Songjiang Guangfulin	38
4.2	Museu de Cultura e História de Qingxi.....	41
4.3	Reabilitação da Orla Minhang	44
5	COLORA: CENTRO DE APOIO A CULTURA APODIENSE.....	48
5.1	Conceito e diretrizes projetuais.....	48
5.2	Programa e Pré-Dimensionamento.....	49
5.3	Zoneamento e Fluxograma	50
5.4	Partido arquitetônico e Composição Volumétrica	52
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS	64
	APÊNDICES	67
	Apêndice A – Pranchas	67

1 INTRODUÇÃO

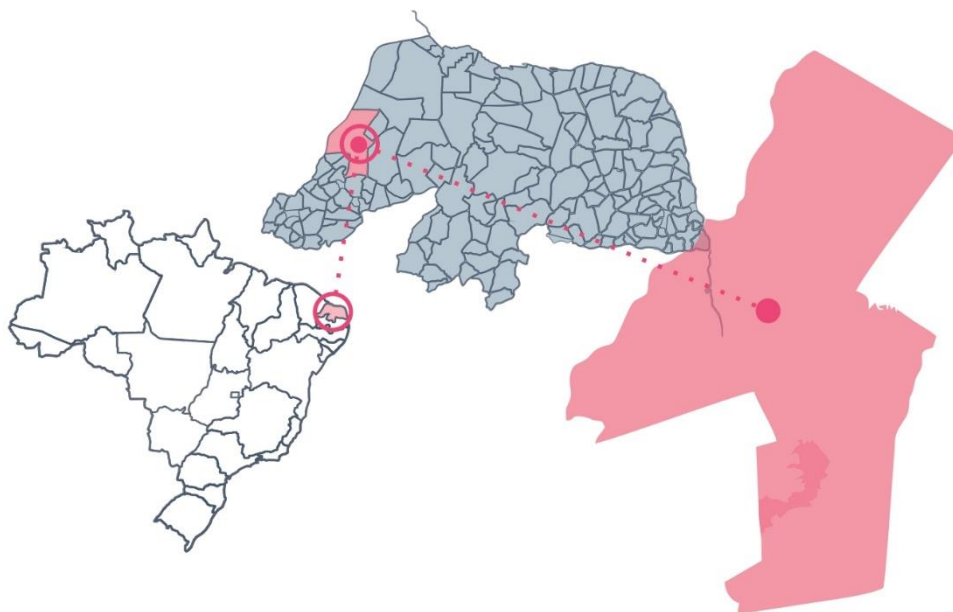
Este trabalho é fundamentado em uma compreensão sobre o que é cultura, e como essa pode ser preservada e disseminada. Chauí (2008) apresenta uma abordagem de cultura relacionada ao seu significado de origem, que por sua vez, está ligado às técnicas agrícolas e aos cuidados com a terra, em uma relação em que colocava cultura como uma ação que permitia extrair as potencialidades, sejam elas de alguma coisa ou de alguém. A autora ainda fala que, conforme o passar do tempo, o termo cultura passou a ser sinônimo de civilização, e então foi considerada como um conjunto de práticas como artes, ciências, ofícios e outros (CHAUÍ, 2008).

Para Santos (2017) a cultura está relacionada à sociedade como um todo, e quando consideradas de formas separadas é possível compreender o quanto são distintas e que é fundamental entender o sentido que uma determinada cultura tem para quem a vive. Dessa forma, para que se construa um conhecimento a respeito de cultura, é necessário analisar suas origens e particularidades, ou seja, fazer uma abordagem a respeito de diversidade é fundamental. Já Abramowicz (2006, p.12) traz a definição de diversidade como sendo a relação entre a “variedade, diferença e multiplicidade”, em outras palavras, falar de diversidade é entender sobre ancestralidade, características básicas e complexas que dão identidade a algo ou alguém.

O Brasil é um país de diversidade cultural, construído por diferentes etnias, raças e povos, e entre esses povos se destacam os indígenas. Contudo, o contexto histórico de invasão de terras indígenas, os massacres e a falta de incentivo à manutenção da sua cultura (arquitetura culinária, medicina, costumes e técnicas) levaram, ao longo dos anos, a um processo de marginalização e apagamento. Não diferente deste contexto, no território que hoje compreende o município de Apodi no estado do Rio Grande do Norte (Figura 1), constata-se que o mesmo foi ocupado por comunidades indígenas distintas, sendo os Tapuias Paiacus da lagoa do Apodi responsáveis por ocupar maior parte da região¹.

1 Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o município possui uma área territorial de 1.602,477km² e uma população de 34.763 habitantes, de acordo com o censo de 2010, e a estimativa é que, para o ano de 2020, alcance a marca de 35.874 habitantes (IBGE, 2010).

Figura 1: Localização da cidade de Apodi.



Fonte: Adaptado pelo autor (2022).

Segundo CAVIGNAC E ALVEAL (2019, p.88) a região Oeste do Rio Grande do Norte é marcada por memórias a respeito das perseguições indígenas que se prolongaram até o século XIX. Apesar disso, existem na região de Apodi, aproximadamente, 120 famílias e cerca de 150 pessoas que reconhecem sua ascendência indígena. Descendentes de Luiza Cantofa, liderança que teria vivido até 1825, cuja história ainda repercute na oralidade da região (CAVIGNAC e ALVEAL, 2019, p.96)².

Foi relacionado ao esse contexto de ancestralidade, buscando salvaguardar a história dos índios paiacu, que se iniciaram os estudos para a proposição deste trabalho. Inicialmente, a proposta estava voltada para um centro cultural a ser projetado em um terreno localizado próximo ao Calçadão da Lagoa de Apodi (Figura 2). A intenção era que este equipamento abrigasse em seu programa o Museu do Índio Luiza Cantofa – Centro Histórico Cultural Tapuia Paiacu da Lagoa do Apodi, primeiro museu indígena do Rio Grande do Norte, criado no ano de 2013 por iniciativa da indígena autodeclarada Lúcia Paiacu Tabajara. Contudo, após uma vista ao estabelecimento, onde se deu uma conversa com Lúcia, ficou clara a importância do Museu, que além de possuir um acervo histórico e de artefatos da cultura indígena, também funciona

² Os dados do censo de 2010 mostram que o Rio Grande do Norte está entre os estados que possuem a menor quantidade de indígenas autodeclarados da região Nordeste (FUNAI). No caso da região do Apodi o centro de ciências humanas, letras e artes da UFRN faz um apanhado geral da situação atual das famílias descendentes dos Tapuia Paiacu da lagoa do Apodi <https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdon/tapuia_p.html> Acesso em 15 de agosto de 2021.

como apoio a comunidade indígena, onde são servidas refeições e uma área de descanso. Constatou-se a importância de manter o Museu em sua localização atual, devido a importância da área e de seus significados (Figura 3).

Figura 2: Localização inicial no calçadão da lagoa de Apodi/RN.



Fonte: Google Earth (2022), adaptado pelo autor (2022).

Figura 3: Localização inicial e atual do projeto.



Fonte: Google Earth (2022), adaptado pelo autor (2022).

Apesar da existência deste espaço se configurar como uma ação de resistência da cultura indígena, o acesso ao museu, localizado às margens da lagoa do Apodi, fora do limite sede, não é adequado, é feito por uma via carroçável, o que poderia dificultar o interesse da população em visitar o local. Outro fator estaria relacionado à infraestrutura do Museu, não existem espaços para estacionamentos e manobras de carros de grande porte, impossibilita, portanto, o acesso de caravanas escolares (por exemplo) que desejassem conhecer o acervo.

É importante destacar que apesar da falta de infraestrutura, a localização do museu enaltece a existência de dois elementos potenciais a serem valorizados e protegidos: o patrimônio imaterial e natural do município. O primeiro, relacionado à comunidade indígena, de modo a incentivar o avivamento/ proteção das práticas culturais, valorizando o Museu do Índio Luiza Cantofa; bem como pela memória afetiva da população, uma vez que o museu fica próximo ao Balneário da Lagoa, um espaço antes utilizado para prática de esportes e lazer, mas que hoje perdeu boa parte desta vitalidade, mantendo-se apenas o restaurante que carece de infraestrutura adequada. O segundo elemento potencial está relacionado à paisagem natural notável da Lagoa de Apodi (Figura 4).

Figura 4: Vista aérea da área de intervenção com destaque para o balneário e para o Museu do Índio Luiza Cantofa.



Fonte: Google Earth (2022), adaptado pelo autor (2022).

Diante disso, algumas questões são fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho: Como contribuir com a valorização e resgate da memória e da vivência coletiva com o patrimônio natural, histórico e cultural do município? Como dar suporte à comunidade indígena, de modo a incentivar o avivamento das práticas culturais? Como reinserir a área no cotidiano da cidade? Como fornecer uma infraestrutura adequada para área?

A resposta aos questionamentos acima norteia o objetivo geral deste trabalho que é requalificar a área do entorno do balneário da Lagoa de Apodi – RN, por meio de uma intervenção arquitetônica-urbanística para área.

Visando concretizar esta proposta, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Compreender o processo de hierarquização e marginalização dos povos indígenas e de sua cultura no Brasil;
2. Entender as origens da formação do município de Apodi, sobretudo sua relação com os povos indígenas.
3. Promover o resgate das relações da comunidade com a Lagoa de Apodi;
4. Promover a integração da área de intervenção com a zona urbana da cidade;

Estes objetivos auxiliam na identificação dos principais elementos que compõe o projeto, ou seja, uma assimilação dos seus condicionantes. Como processo metodológico, o presente trabalho se estrutura por meio de uma abordagem de caráter qualitativa, para a qual são analisadas características histórico-culturais, sociais, ambientais e técnicas. Para tanto, é necessária a utilização de diferentes procedimentos, que são descritos conforme a apresentação dos capítulos a seguir.

O trabalho foi dividido em seis capítulos, que se relacionam com os objetivos específicos, e corroboram para o alcance do objetivo geral. O primeiro corresponde a esta introdução, onde são apresentados: o tema, a questão problema, justificativa, objetivos gerais e específicos, bem como os processos metodológicos adotados para alcançá-los.

No segundo capítulo são abordados alguns aspectos histórico-culturais do povo indígena no Brasil, no Rio Grande do Norte e na Cidade de Apodi, especialmente com relação a formação do seu território, pois, como já dito, existiu uma relação entre os índios Tapuias Paiacus da lagoa do Apodi e a origem da cidade, destacando seu patrimônio cultural material e imaterial. Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico e documental.

O terceiro capítulo trata dos condicionantes de projeto, ou seja, fatores de ordem diversa que limitam ou direcionam a ação projetual: histórico, social ou cultural; natural ou ambiental (terreno, clima, paisagem, contexto urbano ou rural); e legal (legislações ambientais

e urbanísticas para a área de intervenção). Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico e documental, levantamentos de campo, bem como uma entrevista informal com a apodiense Lúcia Paiacu Tabajara.

O quarto capítulo aborda a relação entre a Arquitetura e Urbanismo (equipamentos de cultura e lazer) e a preservação da cultura de um povo. Neste são realizadas análises de projetos de referência que possam auxiliar na elaboração da proposta, por possuírem características ligadas à temática desse trabalho.

O capítulo cinco se deterá sobre ao Projeto de requalificação do entorno do balneário da Lagoa de Apodi – RN, denominado COLORA: CENTRO DE APOIO A CULTURA APODIENSE, abordando os estudos de funcionalidade, da forma e da espacialidade, relacionando-os com o programa de necessidades proposto, e buscando compreender a compatibilidade entre as atividades realizadas e os espaços sugeridos, usos e fluxos que auxiliam no desenvolvimento do partido arquitetônico e da proposição projetual, bem como elementos construtivos e componentes principais do projeto. O sexto e último capítulo corresponde as considerações finais.

Do exposto, o trabalho segue uma linha projetual que relaciona a Arquitetura e Urbanismo e a preservação da cultura apodiense, em especial com o a valorização da cultura indígena, seu patrimônio imaterial, e o paisagístico e ambiental da Lagoa de Apodi.

2 A CULTURA INDÍGENA NO BRASIL

O Brasil possui uma cultura diversificada, resultado do processo de colonização, onde vários povos foram inseridos formando uma nação multirracial, conseguindo unir traços da cultura indígena e africana à cultura europeia, dominante na época (FERNANDES, 2005, p.?). E, apesar, dos testemunhos históricos apontarem a presença de milhões de povos nativos (denominados indígenas) que habitavam as terras brasileiras desde milhares de anos antes da chegada dos portugueses, observa-se que o resultado desse processo ocasionou em várias tragédias “na vida dos povos originários dessas terras: escravidão, guerras, doenças, massacres, genocídios, etnocídios e outros males que por pouco não eliminaram por completo os seus habitantes” (LUCIANO, 2006, p. 17).

“Não que esses povos não conhecessem guerra, doença e outros males. A diferença é que nos anos da colonização portuguesa eles faziam parte de um projeto ambicioso de dominação cultural, econômica, política e militar do mundo, ou seja, um projeto político dos europeus, que os povos indígenas não conheciam e não podiam adivinhar qual fosse. Eles não eram capazes de entender a lógica das disputas territoriais como parte de um projeto político civilizatório, de caráter mundial e centralizador, uma vez que só conheciam as experiências dos conflitos territoriais intertribais e interlocais” (LUCIANO, 2006, p. 17).

Portanto, se observa um forte processo de “hierarquização social”, que submeteu os povos indígenas, e, posteriormente, os africanos, a uma situação de inferioridade quando comparado ao homem branco europeu (ABRAMOWICZ, 2006). Esta visão de civilização é estabelecida quando um grupo não se encaixa aos padrões mínimos para ser considerado evoluído. Assim, segundo Chauí (2008),

Todas as sociedades que desenvolvessem formas de troca, comunicação e poder diferentes do mercado, da escrita e do Estado europeu, foram definidas como culturas “primitivas”. Em outras palavras, foi introduzido um conceito de valor para distinguir as formas culturais. [...] A noção do primitivo só pode ser elaborada se for determinada pela figura do não-primitivo, portanto pela figura daquele que realizou a “evolução”. Isso implica não apenas um juízo de valor, porém mais do que isso, significa que aqueles critérios se tornaram definidores da essência da cultura, de tal modo que se considerou que aquelas sociedades que “ainda” estavam sem mercado, sem escrita e sem Estado chegariam necessariamente a esse estágio, um dia. (CHAUÍ, 2008, p. 33).

Na contramão desse processo de hierarquização social/cultural, merece destaque a Constituição Federal de 1988, que reconhece a diversidade cultural brasileira e, em seu artigo 215, atribui ao Estado proteger “as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988). Contudo, apesar de animador, o que se constata é que nas relações cotidianas, os descendentes dos povos indígenas e africanos sofrem frequentemente com a discriminação racial, têm suas culturas banalizadas, se restringindo a uma visão “Folclorizada” e tratada como uma herança, enquanto a cultura herdada pelo colonizador europeu é tida como superior e civilizada (FERNANDES, 2005).

Para Baniwa (2006, p.18), os povos indígenas não podem ser considerados como uma “sociedade do passado” pois resistiram a repressão sofridas por seus antepassados e nos dias atuais representam uma parte importante da população brasileira, contribuindo para a sua diversidade cultural.

Nos últimos anos, entidades públicas, organizações não governamentais (ONGs) e representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais têm unido esforços para a construção de políticas públicas e regulamentação jurídica, com o intuito de efetivar a proteção do patrimônio cultural dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio do Censo de 2010 a população indígena era de 896,9 mil pessoas declaradas distribuídas em áreas urbanas e rurais com características sociais culturais e linguísticas distintas.

Ribeiro (2016) expõe que apesar de possuírem características raciais semelhantes, os índios brasileiros são bem distintos, possuindo tradições e diferentes linguagens, de acordo com a tribo a qual pertencem e a região que ocupavam. Os itens a seguir buscam contextualizar sobre as evidências históricas e culturais que atestam a importância da presença indígena em todo território do Rio Grande do Norte e na cidade de Apodi.

2.1 A cultura indígena no Rio Grande do Norte

Poucas informações são sistematizadas e acessíveis sobre os primeiros habitantes da região (CAVIGNAC e ALVEAL, 2019, p.5). A localização dos pontos de fixação desses é imprecisa, porém alguns documentos históricos (crônicas, relatórios e mapas) apontam uma forte presença indígena, tanto no litoral quanto nos sertões (Figura 5). Estes documentos também informam que eles “viviam de forma seminômade, deslocando-se de acordo com as

estações do ano, à procura de água, para pescar e em momentos de safra de frutos” (CAVIGNAC e ALVEAL, 2019, p.18).

Figura 5: Iconografia das nações indígenas. Nilton Xavier Bezerra.



Fonte: Cavignac e Alveal, 2019, p.18.

Apesar desta forte ocupação no estado, vários fatores, ao longo da história, contribuíram para que os índios do Rio Grande do Norte tivessem “sua participação na história relegada a um passado distante e não foram incluídos nas narrativas sobre a constituição de uma identidade local, apesar dos moradores serem chamados de potiguares” (CAVIGNAC e ALVEAL, 2019, p.30).

A resistência dos povos originários – que foram chamados de índios pelos portugueses, à semelhança dos espanhóis que pensavam ter chegado na Índia – foi subestimada pela historiografia clássica, e a realidade social e cultural dos indígenas vivendo em solo potiguar é desconhecida do grande público (CAVIGNAC e ALVEAL, 2019, p.5).

Contudo, mais recentemente, alguns grupos, lideranças indígenas e estudiosos, estão se organizando e reafirmando a resistência desse povo, ganhando visibilidade e apoio da sociedade em geral³. Um aspecto observado é que a presença das populações indígenas “nem sempre corresponde à localização atual dos grupos, mas, até nas regiões que foram ocupadas mais intensamente pela Coroa Portuguesa, encontramos famílias que reconhecem uma ascendência indígena”. Já os lugares de ocupação indígena “onde há vestígios materiais são

³ Destaca-se nesse contexto, manifestações públicas que ocorreram no Rio Grande do Norte em 2002, por iniciativa das lideranças indígenas, o programa de extensão TRONCO, RAMOS E RAÍZES do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a publicação Guia Cultural Indígena Rio Grande do Norte.

chamados de sítios pré-coloniais, para distingui-los dos ocupados por indígenas após o contato” (CAVIGNAC e ALVEAL, 2019, p.12-13).

Entre as marcas da presença indígena no estado, destacam-se os lugares, com suas denominações de origem tupi ou tarairiú, os sítios arqueológicos e os monumentos históricos instalados nos aldeamentos missionários que rememoram as lutas travadas entre colonos e povos indígenas. Destacam-se, entre esses monumentos, as construções de casas fortes para os colonos defenderem-se dos ataques indígenas, a exemplo as casas de pedra de Caicó e Pium (CAVIGNAC e ALVEAL, 2019, p.11-12).

Constata-se que de “um modo geral, há mais monumentos no litoral – pois grande parte dos aldeamentos missionários foram instalados na região mais povoada durante a Colônia –, e os sítios arqueológicos com pinturas ou gravuras encontram-se no sertão” (CAVIGNAC e ALVEAL, 2019, p.11-12).

“Estes sítios fornecem informações sobre as práticas culturais e as formas de organização das sociedades que viviam no espaço que hoje é chamado Rio Grande do Norte. Nas dunas, nos antigos aldeamentos coloniais – alguns construídos nas aldeias pré-coloniais – há peças líticas, cerâmicas, canoas, cemitérios etc. Em todo o estado, foram identificados quase 400 sítios de arte rupestre, sendo os mais antigos localizados em Carnaúba dos Dantas, como a Pedra do Alexandre e o Mirador do Boqueirão de Parelhas, com 9.400 anos a. p. Grande parte dos sítios estão localizados na região central do estado, Seridó e Oeste, com mais de 130 registrados até agora. As evidências materiais são formadas por diferentes vestígios, sendo os principais: materiais cerâmico e lítico (de pedra), estruturas de combustão (fogueiras), grafismos rupestres, remanescentes de alimentação e sepultamentos.” (CAVIGNAC e ALVEAL, 2019, p.12).

Se destaca nesse cenário a região de Apodi que possui diversos vestígios da ocupação indígena.

2.2 Poty, Pody, Apodi

O município de Apodi é conhecido como terra dos índios Tapuia Paiacu da Lagoa do Apodi, os primeiros povos que habitaram seu território. Contudo, a medida em que os colonizadores desbravavam o interior brasileiro, missões responsáveis por aquietar os povos residentes da região, como a Missão do Apodi, e de povoamento, como Serra Regente⁴, foram instaladas forçando o convívio entre povos indígenas e colonizadores. Essa convivência foi

⁴ Missão responsável por demarcar o local onde seria a Vila de Portalegre.

turbulenta e muitos conflitos foram travados e como consequência muitos indígenas foram assassinados ou levados para outros aldeamentos para que novos confrontos fossem evitados (LEITE, 2020, p.4).

Estes acontecimentos contribuíram para o apagamento forçado de parte da cultura indígena, pois os povos ameríndios se encontravam em uma posição onde precisavam de terras para dar continuidade aos seus costumes. Como não havia apoio, problemas relacionados a saúde e a miséria passaram a ser recorrentes, levando a uma intensa migração para as cidades em busca de melhores condições vida, e como consequência das mudanças os indígenas se depararam com novos valores e costumes diferentes dos que eram praticados (RIBEIRO, 2016).

Apesar disso, ainda é possível encontrar diversos vestígios da ocupação indígena na região. Um exemplo é o sítio arqueológico do Lajedo de Soledade (Figura 6), onde se constata “vários painéis com exposições rupestres (pinturas e gravuras), correspondente a imagens de animais, elementos da natureza e formas geométricas” (SOUZA, 2020, p. 83).

Figura 6: Sítio arqueológico do Lajedo de Soledade, com detalhe para gravuras rupestres.



Fonte: Autor (2018)

Outro fator que indica uma contramão do processo de esquecimento e marginalização da cultura indígena é a criação, no ano de 2013, por iniciativa da apodiense Lúcia Paiacu Tabajara, o Museu do Índio Luiza Cantofa – Centro Histórico Cultural Tapuia Paiacu da Lagoa do Apodi –, primeiro museu indígena do Rio Grande do Norte, que tem como intuito salvaguardar a história dos índios paiacu. O museu funcionou inicialmente na residência de Lúcia, mas posteriormente foi alocado em um galpão pertencente ao Governo do Estado, que passou por algumas reformas para sua adequação (Figura 7). O museu expõe coleções de objetos em pedra polida, objetos em cestaria, cerâmicas, instrumentos musicais e de caça que foram encontrados na região, além de textos explicativos em banners, e fotografias (Figura 8).

Figura 7: Prédio do Museu do Índio Luiza Cantofa – Centro Histórico Cultural Tapuia Paiacu da Lagoa do Apodi, antes e depois da reforma.



Fonte: a) Rede social do Articulação dos Povos Indígenas do RN (2022); b) Acervo do autor (2022).

Figura 8: Itens do acervo do museu.

Imagens	Descrições	Recebida e Encontrada	Local onde foi encontrada
	Pilão e Almofariz de pedra	13/02/2019 Recebida	Rio Mari em Apodi
Fonte: Facebook Lucia Maria Tavares (2019).			
	Machadinha litica	22/12/2018 Recebida por Weliton Souza	Apodi/RN
Fonte: Facebook Lucia Maria Tavares (2018).			
	Peça litica	18/10/18 Recebida	Sítio Bico Torto, Apodi/RN
Fonte: Facebook Lucia Maria Tavares (2018).			
	Peças Almofariz	11/06/18 Encontradas	Região da Várzea em Apodi
Fonte: Facebook Lucia Maria Tavares (2018).			
	Machadinha muito antiga e um pingente	Encontradas pela pesquisadora.	Viçosa/RN
Fonte: Freitas (2018, p.132).			
	Machadinha	Encontrada	Bairro Baixa do CAIC em Apodi/RN
Fonte: Resenhas do RN Apodi 1ª parte.			

	Colar com pingentes de ossos, dentes, pedras, usava no pescoço. Cabaça feita do fruto da cueira, usada para armazenamento de água. Cocares são confeccionados de penas e plumas de aves, utilizados nos ornamentos para o corpo.
Fonte: Arquivo do CHCTPLA.	
	Arcos e flechas – instrumentos de trabalho, usada para caçar e pescar. Instrumentos musicais como maracá, instrumento de percussão – Pau-de-chuva e apito. São usados para diversos rituais.
Fonte: Arquivo do CHCTPLA.	
	Cestas de palha de carnaúba, usadas para transportar alimentos e objetos. Cerâmicas feitas de argila como pote, vasilha, cabaça e entre outros. São utilizados no armazenamento de água.
Fonte: Arquivo do CHCTPLA.	

Fonte: SOUZA (2020, p. 86-87).

Um fato de destaque é que no segundo semestre de 2018, alguns descendentes dos “tapuias paiacu retomaram um local de memória localizado entre o distrito de Soledade e a base da EMPARN, na Chapada do Apodi” (Figura 9). Logo, observa-se com essa retomada uma

ação política com vistas ao processo de demarcação territorial (CAVIGNAC e ALVEAL, 2019, p.96).

Figura 9: Localizações do Aldeamento Indígena Tapuias Paicu, do Lajedo Soledade, da região central do município de Apodi e do Museu do Índio Luiza Cantofa.



Fonte: Google Earth (2022), adaptado pelo autor (2022).

Apesar da existência deste espaço se configurar como uma ação de resistência da cultura indígena, as condições de localização e acesso carecem de infraestrutura adequadas. O principal acesso ao museu é feito por uma via carroçável que dá acesso ao balneário da lagoa de Apodi, situado em um local onde não existe estacionamentos e espaço para manobras de carros de grande porte, impossibilitando o acesso de caravanas que buscam conhecer o acervo. Fato que levou a proposição desse trabalho, aliado ao contexto da cidade de Apodi não dispor de espaços públicos adequados para ações de integração entre educação, informação e lazer, para que a população e visitantes usufruam dos seus elementos culturais. Dessa forma, se faz necessário uma intervenção, caso contrário essa adversidade fortalecerá deficiências nos processos de formação intelectual e social dos cidadãos.

É necessário então pensar em nossas cidades não apenas em quesitos importantes como educação e saúde, mas também sob o aspecto da cultura que quando bem administrada serve justamente para valorizar tais quesitos de uma sociedade bem como dela mesma (ESPOLADOR; BORGES, 2018, p. 5).

Nesse sentido, é importante citar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, ao reconhecer que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988), nos quais se incluem:

- I - As formas de expressão;
- II - Os modos de criar, fazer e viver;
- III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Portanto, se faz necessário a utilização de estratégias de “salvaguarda” do patrimônio material e imaterial, entendendo que as técnicas e saberes indígenas não se adequam as medidas tradicionais de preservação, como o tombamento (GALLOIS, 2008). Além do valor/potencial cênico paisagístico da Lagoa de Apodi. É nesse contexto, que se insere este trabalho, visando voltar o olhar da população apodiense para que reconheçam a cultura local.

3 O LUGAR

Este capítulo corresponde a fase de levantamento dos dados para o projeto de requalificação do entorno balneário da Lagoa de Apodi. Corresponde “a coleta de dados e informações técnicas sobre terreno, vizinhança, legislação incidente e condições ambientais locais, que auxiliam na elaboração e desenvolvimento do projeto” arquitetônico-urbanístico (ABNT NBR 6492, 2021, p. 6). Considera também os fatores culturais e sociais da área de intervenção.

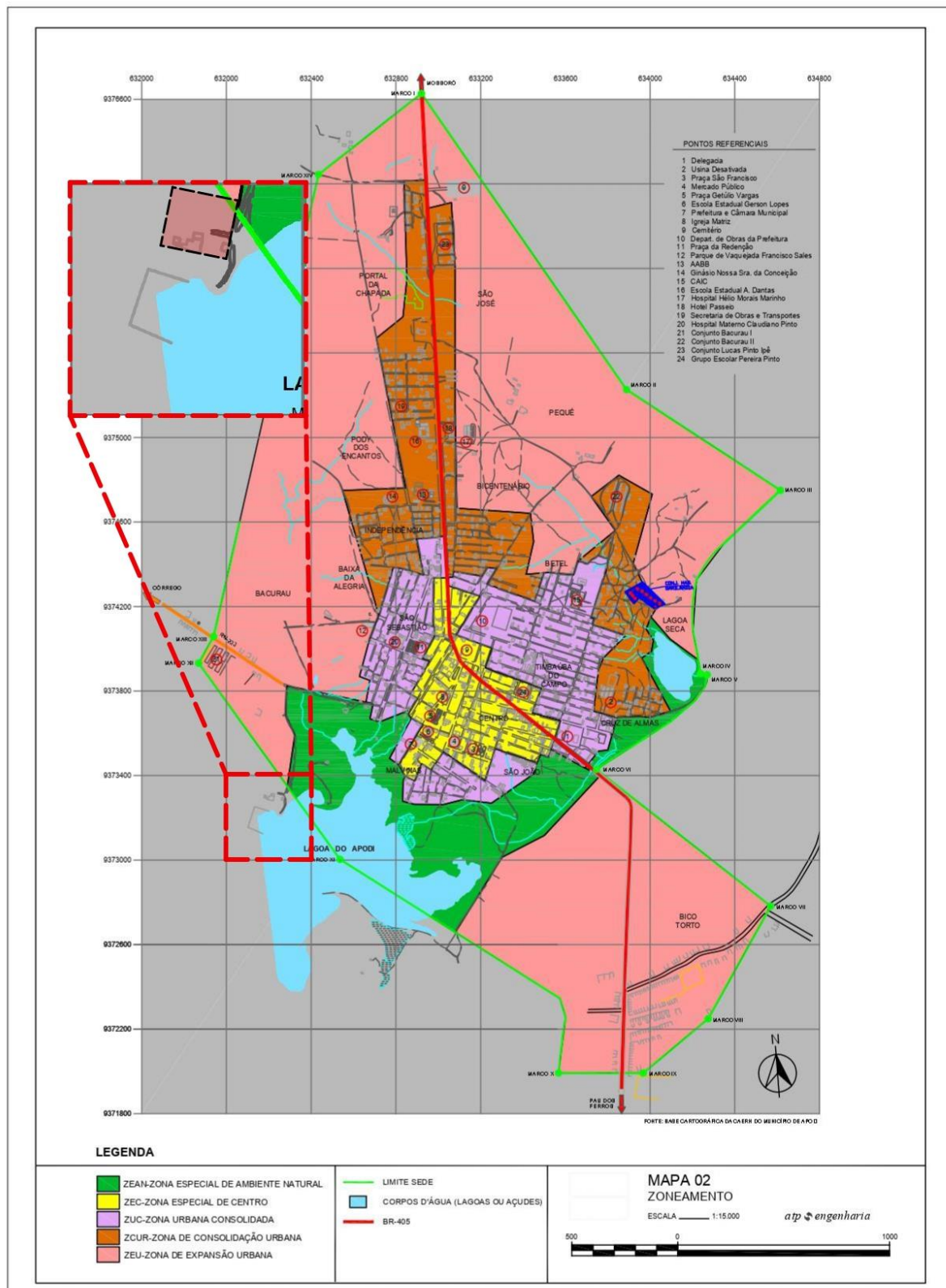
A escolha do terreno se estabeleceu a partir de um diálogo informal entre o autor e a indígena autodeclarada Lúcia, a qual relatava o desejo de reestabelecer a vegetação nativa da área em questão, assim como criar uma praça entre o centro cultural e o Balneário da Lagoa deixando o lugar mais atrativo aos visitantes. Vele ressaltar também que o entorno do terreno possui potencial cênico paisagístico que favorece o turismo e o lazer local.

3.1 Terreno, vizinhança e legislação incidente

O terreno se situa as margens da lagoa do Apodi na área que compreende o Balneário da Lagoa que pertence a FUNDEVAP – Fundo Para o Desenvolvimento do Vale do Apodi. O local se encontra fora do limite sede da cidade, como estabelece a Lei Municipal nº 479 – 2006, se caracterizando como zona rural. Além disso o terreno faz divisa com duas zonas especiais, são elas a de ambiente natural e a expansão urbana que compreende o Conjunto Bacurau I (Figura 10).

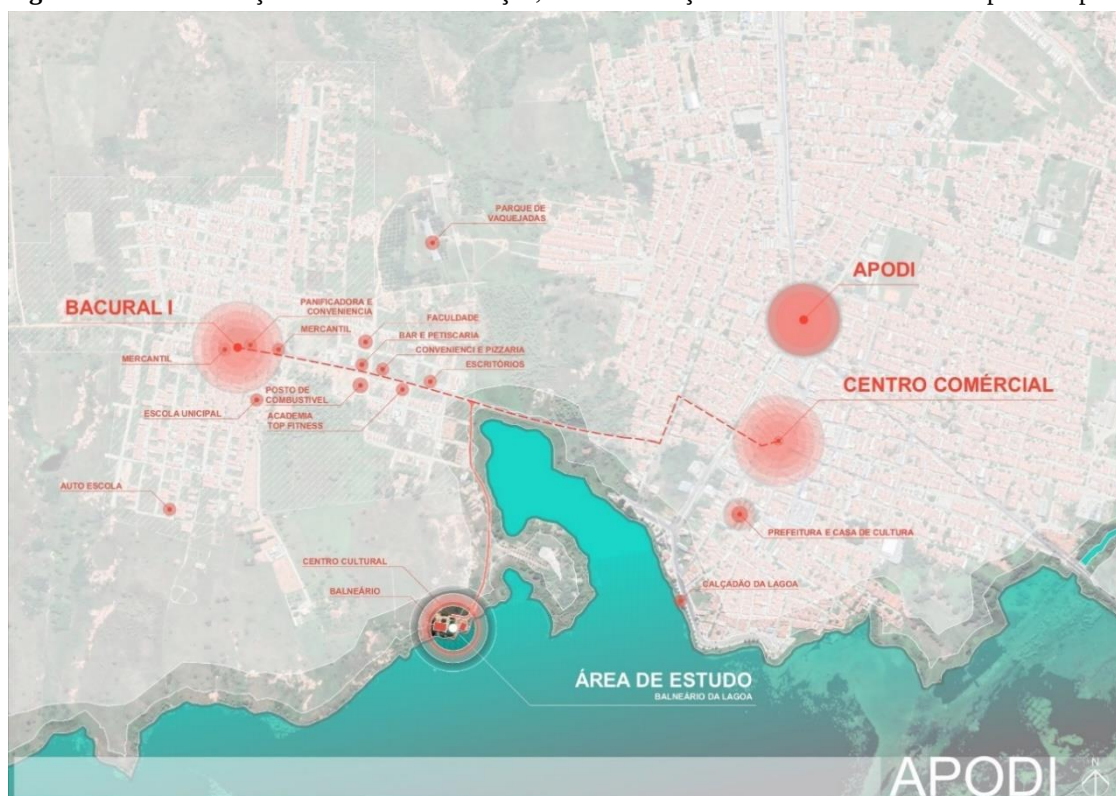
O Conjunto Bacurau I é uma área predominantemente residencial, possuindo alguns locais de prestação de serviços (panificadoras, mercados, bares, restaurantes, escritórios, academia), assim como uso institucional (escola, faculdade). Contudo, carece de oferta espaços públicos e de lazer para a população, que se intensifica devido ao processo de segregação sócio espacial, quando comparada a região central da cidade de Apodi (Figura 11).

Figura 10: Zoneamento do município de Apodi, com destaque para a área de intervenção.



Fonte: Plano Diretor do Município de Apodi (2006), adaptado pelo autor (2022).

Figura 11: Caracterização da área de intervenção, sua vizinhança e a área central do município de Apodi.



Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor (2022).

Este contexto, reforça a necessidade de uma intervenção na área, promovendo, inclusive, um dos objetivos da Política Urbana Municipal, a “integração dos diversos núcleos urbanos do município entre si, bem como das áreas urbana e rural, garantindo a todos os seus habitantes o acesso às infra-estruturas, equipamentos e serviços urbanos básicos” (Plano Diretor do Município de Apodi, 2006, p.8).

Quanto aos índices urbanísticos necessários para a elaboração da proposta a Lei Municipal nº 479 – 2006, Plano Diretor Municipal de Apodi, dispõe de especificações a respeito do zoneamento do entorno urbano e os parâmetros adotados para cada área. Contudo, o terreno adotado se encontra em uma área que não possui uma zona específica, dessa forma, serão adotados os índices urbanísticos da área mais próxima, a Zona de Expansão Urbana que abrange o Conjunto Bacurau I (Tabela 1).

Tabela 1: Índices Urbanísticos (ZEU).

PLANO DIRETOR DE APODI	
Zona de Expansão Urbana (ZEU)	
ÍNDICES URBANÍSTICOS	
Coefficiente de Aproveitamento	2,00

Recuo Frontal	-
Recuos laterais e posterior	0,50 metros
Taxa de Ocupação Máxima	50%
Taxa de Permeabilidade	05%
Gabarito máximo	02 pavimentos

Fonte: Autor (2022).

Outro ponto a destacar é que área é margeada pela Lagoa de Apodi, o que poderia ser um impeditivo para a intervenção proposta. Contudo, a RESOLUÇÃO N° 369, DE 28 DE MARÇO DE 2006 dispõe sobre os casos excepcionais, aqueles de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, o que possibilita a intervenção⁵.

Vale ressaltar que, apesar desta exceção, será considerado o artigo 3° da Resolução 303, de 20 de março de 2002 que estabelece os parâmetros, as definições e os limites em uma Área de Preservação Permanente (APP) estabelecida pelo Código Florestal Brasileiro (Lei n° 12.651/12), designando uma faixa com largura mínima de 30 metros de distância das lagoas naturais (BRASIL, 2012). Desta forma, a implantação dos equipamentos (edificações) deve respeitar os 30 metros de distância da Lagoa de Apodi.

Assim, acredita-se que a intervenção proposta dialoga com a as diretrizes gerais da Política Urbana Municipal de Apodi, das quais se destaca neste trabalho o “desenvolvimento equilibrado e integrado das áreas urbana e rural, garantindo as características paisagísticas predominantes no município (Plano Diretor do Município de Apodi, 2006, p.8).

O terreno abrange uma área correspondente a 32.650,76 m² dentro de um raio de influência de 200m (Figura 12). A topografia é acidentada, em especial na área da margem da lagoa, sendo que a partir da “cota 51” observa-se a redução do desnível. Neste sentido, a implantação dos equipamentos deve considerar as áreas mais planas (Figura 13).

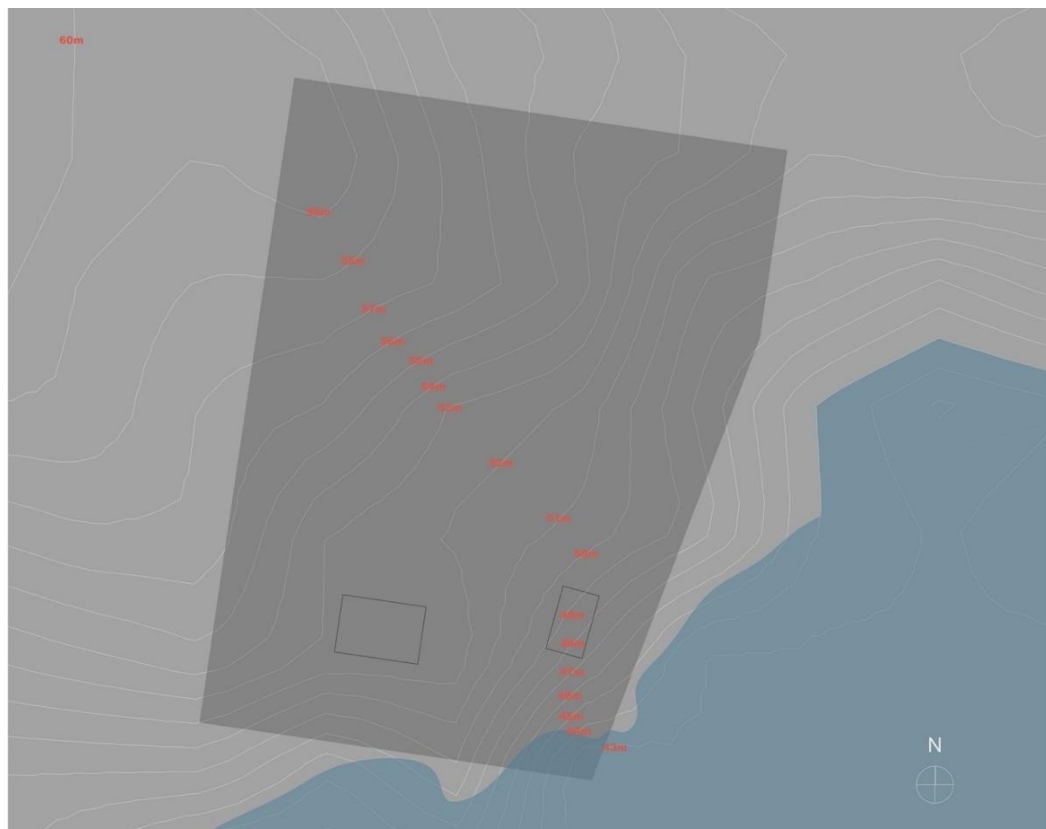
⁵ Considerando, nos termos do art. 225, caput, da Constituição Federal, o dever do Poder Público e da coletividade de proteger o meio ambiente para a presente e as futuras gerações. Considerando que, nos termos do art. 8o, da Lei no 6.938, de 1981, compete ao Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.

Figura 12: Delimitação do terreno para intervenção.



Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor (2022).

Figura 13: Planta topográfica.



Fonte: Autor (2022).

Vale ressaltar que na área de intervenção existe o Museu do Índio Luiza Cantofa e o restaurante do balneário da Lagoa, este último em péssimo estado de conservação (Figura 14**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

Figura 14: Destaque para a topografia da área e para o restaurante do balneário.



Fonte: Autor (2022).

A vegetação do terreno escolhido pode ser identificada de duas formas, a primeira seria a vegetação introduzida no meio, que é marcada principalmente por *nim* indiano (Figura 15), a segunda são as espécies nativas, que são constituídas principalmente por dois tipos, a caatinga hiperxerófila, caracterizada por espécies de pequeno porte adaptadas a áreas mais secas, e a floresta ciliar de carnaúba, que são encontradas em áreas mais úmidas e próximo a rios e lagoas (JUNIOR, 2010, p.54). O paisagismo do projeto se deterá na manutenção de espécies já existentes, reflorestamento com uso de espécies nativas, substituição e remoção dos *nims* indianos.

Figura 15: Vegetação existente na área.

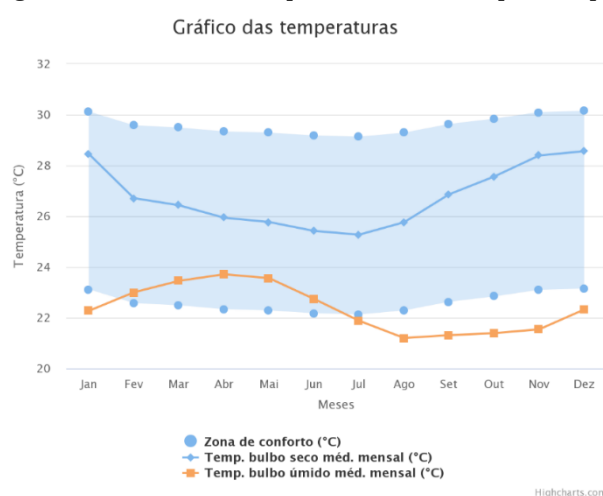


Fonte: Autor (2022).

3.2 Condicionantes ambientais

A cidade Apodi/RN se localiza na Zona Bioclimática 07 (MEDEIROS, 2012), área com grandes variações de temperaturas. As informações contidas neste trabalho, fazem parte dos arquivos climáticos INMET 2016⁶. É importante conhecer como se comporta a temperatura, pois isso ajuda a determinar o tipo de envoltória, o tamanho das aberturas, os tipos de proteção, etc (Figura 16).

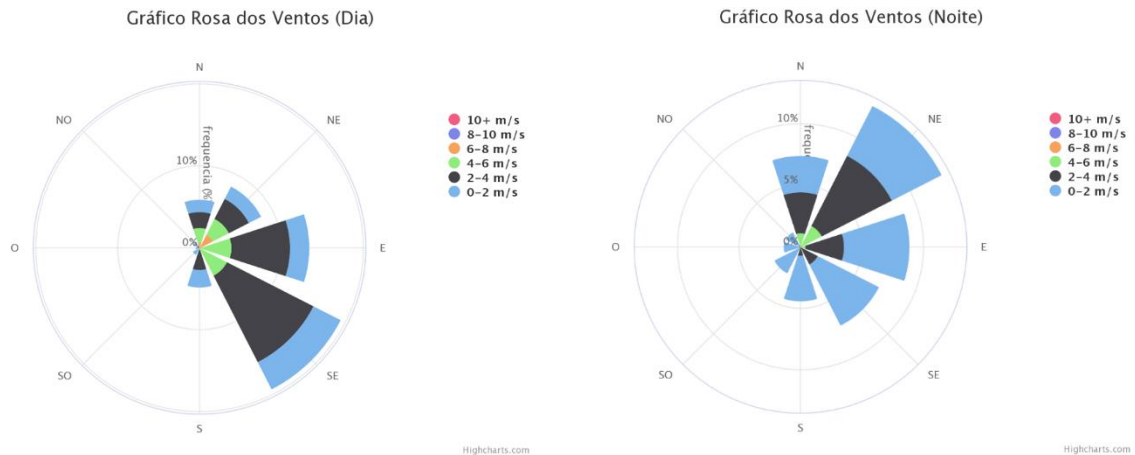
Figura 16: Gráfico das temperaturas do município de Apodi.



Fonte: INMET (2016).

Com relação aos ventos, foram analisados os gráficos de rosa dos ventos para os períodos do dia e da noite. Estes gráficos mostram as estatísticas sobre o vento, onde são feitas medições que incluem velocidade do vento, direção e frequência, reunidas ao longo do tempo. Os gráficos obtidos para Apodi mostram a predominância dos ventos nos sentidos sudeste, leste e nordeste durante o dia e a noite, sendo que para o período noturno observa-se também a incidência norte (Figura 17).

6 Os arquivos climáticos do **INMET 2016** estão disponíveis para download em <http://www.labee.ufsc.br/downloads/arquivos-climaticos/inmet2016>.

Figura 17: Rosas dos ventos para município de Apodi.

Fonte: INMET (2016).

Outra característica da Zona Bioclimática 07 é a irregularidade de incidência de chuvas. No caso de Apodi, são mais frequentes nos meses de fevereiro, abril, maio e agosto (Figura 18). Importante destacar que a chuva acompanha o sentido dos ventos, por isso o projeto deve fazer o uso de grandes beirais ou varandas.

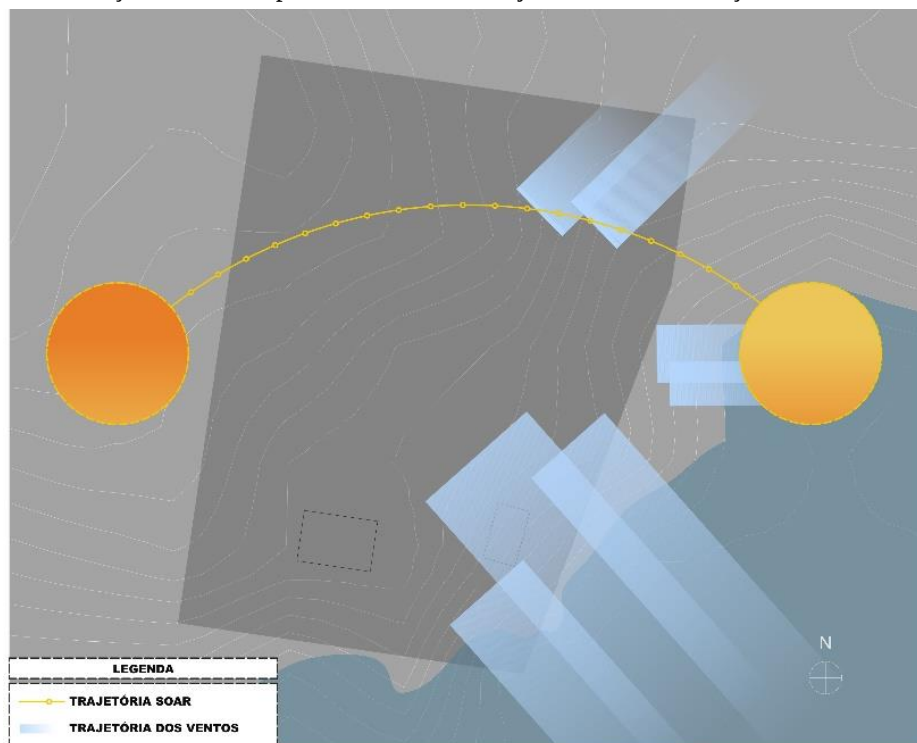
Figura 18: Gráfico de chuva para município de Apodi.

Fonte: INMET (2016).

Além de conhecer as estáticas dos ventos, compreender o percurso do sol é outro dado fundamental para o devido controle da radiação solar, influenciando na implantação dos equipamentos, definição de aberturas, artifícios para sombreamento, uso de materiais isolantes,

entre outros. Neste trabalho, por se tratar de um estudo preliminar arquitetônico e urbanístico ou plano de massas, conforme estabelece a ABNT NBR 6492:2021, estas questões foram retratadas com um esquema ilustrativo (Figura 19). Importante destacar que para a orientação solar é recomendado, para uma etapa posterior de projeto, a elaboração da carta solar, uma vez que esta retrata a projeção das trajetórias solares ao longo do ano.

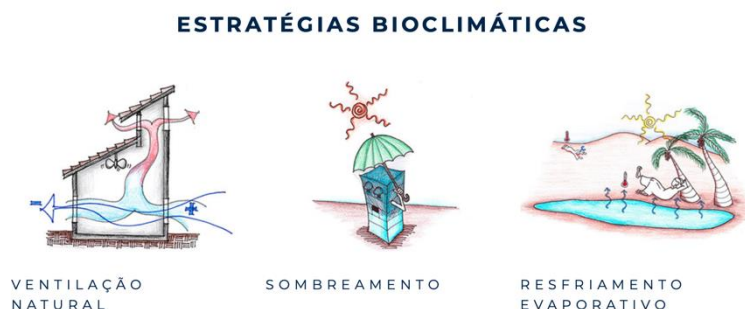
Figura 19: Ilustração dos ventos predominantes e da trajetória solar em relação a área de intervenção.



Fonte: Autor (2022).

Diante dessas análises preliminares recomenda-se como estratégias bioclimáticas para a cidade de Apodi: ventilação natural, sombreamento e resfriamento evaporativo. Estas estratégias são consideradas para o projeto aqui proposto (Figura 20).

Figura 20: Estratégias bioclimáticas a serem consideradas no projeto.



Fonte: INMET (2016).

3.3 Social e cultural

Para o desenvolvimento de um projeto é necessário investigar os fatores culturais e sociais para a área de intervenção. Para tanto, se faz necessário entender quem usará os espaços para, então, criar condições para que as pessoas se identifiquem e se apropriem do espaço projetado.

Vale ressaltar que este projeto partiu do interesse em fornecer condições para a valorização da cultura indígena de Apodi. A partir disso, observou-se a importância em valorizar as ações exitosas, como a criação do Museu do Índio Luiza Cantofa. Contudo, a falta de infraestrutura de acesso ao museu pode inibir a visita do mesmo. Portanto, se considera importante fomentar a inserção da área no cotidiano dos apodienses. Lembrando que, a localização do museu enaltece a existência de dois elementos potenciais a serem valorizados e protegidos: o patrimônio imaterial e natural do município. O primeiro, relacionado à: comunidade indígena, de modo a incentivar o avivamento/ proteção das práticas culturais, valorizando o Museu do Índio Luiza Cantofa; e pela memória afetiva da população, uma vez que o Balneário da Lagoa era um espaço utilizado para prática de esportes e lazer, mas que hoje perdeu boa parte desta vitalidade (Figura 21).

Figura 21: a) Restaurante do Balneário da Lagoa de Apodi; b) competição de natação; c) premiação dos vencedores da competição de natação.



Fonte: <http://apodiantiguidades.blogspot.com/2011/07/balneario-da-lagoa-do-apodi.html> (2022).

4 LUGAR(ES) DE CULTURA E LAZER COMO LUGAR(ES) DE MEMÓRIA E DE PRESERVAÇÃO

Este trabalho parte da constatação da existência de dois elementos potenciais a serem valorizados e protegidos: 1) o patrimônio cultural (material e imaterial) relacionado ao incentivo e valorização do Museu do Índio Luiza Cantofa e pela memória afetiva da população, uma vez que o antigo Balneário da Lagoa era um espaço utilizado para prática de esportes e lazer, mas hoje não é muito utilizado; 2) o patrimônio natural da Lagoa de Apodi. Logo, abordaremos a relação entre a Arquitetura e Urbanismo (equipamentos de cultura e lazer) e a preservação da cultura de um povo, com base nos estudos de referências projetuais.

4.1 Centro Cultural Shangai Songjiang Guangfulin

Projeto idealizado pelo escritório CCDI, o Centro Cultural Shangai Songjiang Guangfulin possui 40073m². Localizado no coração de Guangfulin, na China, região conhecida como “as raízes de Xangai” devido sua proximidade com um sítio arqueológico. O centro tem como objetivo estimular o desenvolvimento da cultura local, assim como, protegê-lo. Nele, encontram-se todo o patrimônio material e imaterial acerca do passado histórico e cultural da cidade de Xangai, resguardando as evidências que confirmam a presença de assentamentos humanos datados de aproximadamente 5000 anos atrás.

A oeste do Centro de Exposições localiza-se o sítio arqueológico protegido pelo governo chinês, a leste, um espelho d’água, ao norte, um resort e hotel e ao sul do terreno, uma rua que liga o centro da cidade ao rio local (Figura 22).

O projeto teve sua implantação feita em meio ao espelho d’água para criar a sensação de flutuação, descrito pelo escritório como se o centro “emergisse da profundidade do seu passado para receber a luz do presente”. O Centro é um complexo cultural composto por três edificações: o Pavilhão de Exposições Culturais, o Centro Cultural de Artes Performativas e o Centro de Intercâmbio Cultural. Os edifícios estão dispostos ao longo de um eixo norte-sul e interligados por um percurso que cria uma experiência contínua do espaço, além de formarem o simbolismo da arquitetura tradicional chinesa, criando um pátio com três acessos que independem um do outro (Figura 23).

Figura 22: Vista área do complexo cultural.



Fonte: Archdaily (2019)⁷.

Figura 23: Visualização dos acessos.



Fonte: Archdaily (2019).

As formas das três edificações se apresentam com telhados inclinados, apresentados que flutuam sobre o espelho d'água, inspirados na arquitetura vernacular chinesa no período

⁷ Informações e figuras retiradas do: ArchDaily Brasil. Centro Cultural Shanghai Songjiang Guangfulin / CCDI. 22 de Jan 2019. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/909905/centro-cultural-shanghai-songjiang-guangfulin-ccdi>>. Acesso em: 10 de novembro de 2022.

neolítico, enquanto suas fachadas remetem as características marcantes da arquitetura tradicional do país pós-dinastias Tang e Song (Figura 24).

Figura 24: Características da arquitetura tradicional chinesa.



Fonte: Archdaily (2019).

Os volumes não estão inteiramente sobre a água, permitindo a criação de espaços rebaixados ou, até mesmo, submersos. Tal solução foi adotada no pavilhão principal e outros espaços de apoio, permitindo que a escala do edifício fosse reduzida, além de possibilitar a maior integração arquitetônica do complexo e o vilarejo vizinho (Figura 25).

Figura 25: Corte – Pavilhão Principal.

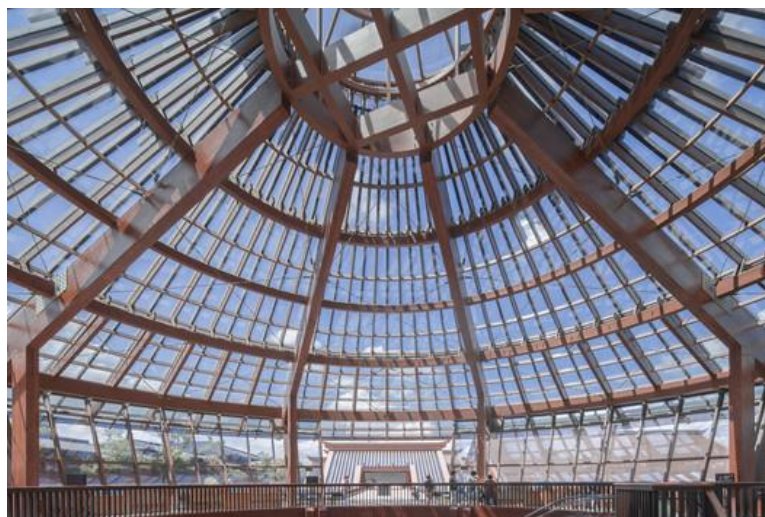


Fonte: Archdaily (2019).

Os interiores das edificações seguem a mesma premissa adotada na concepção externa: resgatar elementos tradicionais da arquitetura chinesa. Nesses ambientes é possível notar a presença de técnicas construtivas típicas de antigas casas de madeira do país (Figura 26). O

tema do projeto, “as raízes de Xangai”, é externado através do percurso expositivo iniciado na sala circular. Esta, fazendo o intermédio entre terra e água, criando um caminho de volta ao passado, ao expressar todas as transformações históricas de Xangai que ocorreram ao longo do tempo, do seu primórdio aos dias atuais.

Figura 26: Estrutura interna da sala circular.



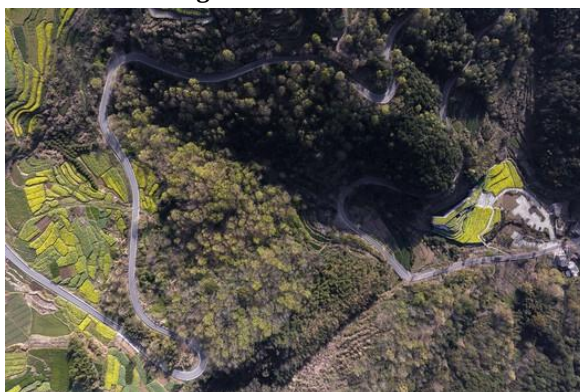
Fonte: Archdaily (2019).

O Centro Cultural Shangai Songjiang Guangfulin é um projeto que se assemelha com o contexto deste trabalho tratando da preservação da cultura local e a sua ligação com os povos primitivos que habitavam a região. Um outro aspecto abordado foi o simbolismo, este foi inserido de forma a retratar características comuns as edificações primitivas como forma e estrutura, além da materialidade, que é utilizada tanto por disponibilidade regional quanto por sua capacidade de se integrar a paisagem trabalhada.

4.2 Museu de Cultura e História de Qingxi

O Museu de Cultura e História de Qingxi está localizado na cidade Sangzhou na China. Com, aproximadamente, 1961m², o projeto foi idealizado pelo escritório UAD que criou uma pequena edificação responsável por integrar o centro e seus espaços à história e cultura locais. Longe da zona urbana, seu local de implantação está conectado, através de uma estrada rural, às comunidades próximas (Figura 27).

Figura 27: Vista aérea.



Fonte: Archdaily (2022)⁸.

Implantado em um terreno com grandes discrepâncias de altura, o projeto permite a criação de terraços e plataformas rebaixadas, misturando-se em meio a natureza. A edificação está inserida perto de montanhas, em meio ao campo, estimulando a criação de espaços externos que se adaptem ao terreno e seu entorno (Figura 28).

Figura 28: Harmonização da arquitetura com o exterior.



Fonte: Archdaily (2022).

⁸ Informações e figuras retiradas do: ArchDaily Brasil. Museu de Cultura e História de Qingxi / UAD. 30 de set 2022. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/989831/museu-de-cultura-e-historia-de-qingxi-uad>>. Acesso em: 10 de novembro de 2022.

O volume camufla-se em meio ao seu local de inserção, já que está harmonizado com o relevo do terreno, além de possuir jardins em seus telhados. Seu interior conversa com o exterior com paredes irregulares e telhados escalonados, brincando com a forma, tornando cada espaço, único (Figura 29).

Figura 29: Espaços internos.



Fonte: Archdaily (2022).

Em sua construção foram utilizadas pedras naturais locais, assentadas por mão de obra especializada local. Através de técnicas construtivas e uma materialidade simples e vernacular, permitiu-se a harmonização com os campos e as montanhas circunvizinhas. As esquadrias de pedra e calhas foram produzidas por artesãos. O teto em concreto aparente, a parede de barro branco e portas e janelas de madeira remetem a arquitetura campestre primitiva (Figura 30).

Figura 30: Materialidade.



Fonte: Archdaily (2022).

O volume arquitetônico manifesta sistemas sociais, culturais e técnicos, através do resgate de características locais e o reconhecimento na natureza presente no seu entorno, composto por riachos, pontes e caminhos. O Museu, torna-se, então, um destino cultural que reflete, de forma vernácula, as características da região.

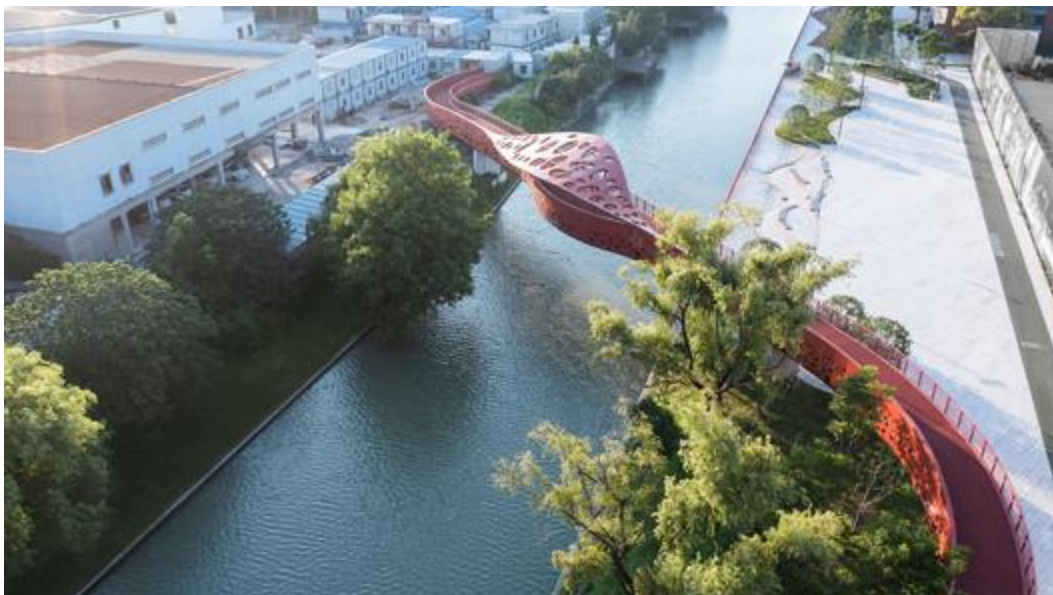
O Museu de Cultura e História de Qingxi se assemelha a área de intervenção deste trabalho, pois está longe da zona urbana, sendo conectado por uma estrada rural às comunidades próximas. Lembrando que se propõe como objetivo específico deste trabalho proporcionar melhores condições de acesso e infraestrutura ao Museu do Índio Luiza Cantofa e a área de intervenção. Outro aspecto é que o Museu de Qingxi está implantado em um terreno com grandes discrepâncias de altura, onde foram criados terraços e plataformas rebaixadas que se misturam em meio a natureza, mostrando-se como uma excelente estratégia projetual para vencer os desníveis da área mais próxima a Lagoa de Apodi.

4.3 Reabilitação da Orla Minhang

O projeto de reabilitação realizado no distrito de Minhang em Xangai/China pelo escritório Spark Architects, conta com uma área aproximada de intervenção de 23787m². Concluído em 2021, a regeneração urbana objetivava transformar, em dois anos, uma região

ribeirinha, com armazéns e utilitários industriais abandonados em um amplo espaço público urbano (Figura 31).

Figura 31: Vista aérea da passarela para pedestre.



Fonte: Archdaily (2021)⁹.

A região foi transformada em uma área com diversos tipos de usos comerciais, tecnológicos e institucionais, interligados por um parque urbano e um espaço aberto criado em torno dos empreendimentos existentes que sofreram transformações, criando um ambiente de recreação com, aproximadamente, 750 metros de comprimento, que promove a conexão de pedestres e um local mais sustentável (Figura 32).

⁹ Informações e figuras retiradas do: ArchDaily Brasil. Reabilitação da Orla Minhang / SPARK Architects. 06 de nov 2021. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/971421/reabilitacao-da-orla-minhang-spark-architects>>. Acesso em: 10 de novembro de 2022.

Figura 32: Zona linear.



Fonte: Archdaily (2021).

A conceito do projeto surgiu através da extração da forma da Diatomácea, alga unicelular responsável pela limpeza natural da água, remetendo a regeneração urbana realizada no local, além de permitir contar a história da região (Figura 33).

Figura 33: Passarela.



Fonte: Archdaily (2021)

O projeto a orla é constituído por faixas verdes contínuas de trilhas para caminhada, corrida e bicicleta, além de contar com três passarelas de pedestres, que interligam as áreas residenciais, educacional e empresarial. O paisagismo se torna responsável por melhorar a

visual e criar a acessibilidade ao rio, enquanto as zonas lineares passaram a abrigar cafés, um parque esportivo, atividades em gramados e uma praça de eventos (Figura 34).

Figura 34: Espaço de atividades



Fonte: Archdaily (2021)

Com relação a intervenção urbana do distrito de Minhang se destaca o objetivo de regeneração urbana da região ribeirinha, além de permitir contar a história da região, criando um ambiente de recreação e de conexão com a área, por meio de trilhas para caminhada, corrida e bicicleta, acessibilidade ao rio.

5 COLORA: CENTRO DE APOIO A CULTURA APODIENSE

Este capítulo aborda a concepção do projeto de intervenção, no qual se especificam funções, usos, formas e dimensões para os ambientes, bem como elementos construtivos e componentes principais do projeto, apresentados por meio de material gráfico e explicitação das respectivas justificativas.

O nome COLORA deriva da nomenclatura regional do tempero obtido do urucum, espécie de planta utilizada pelos povos primitivos na culinária, pinturas corporais e pinturas rupestres, como as que se encontram no lajedo de soledade. O corante, como é popularmente conhecido na região, possui uma variação regional conhecida como COLORAL.

Fazendo uma associação ao ato de colorir como uma forma de registro, assim como os que são encontrados no lajedo de soledade e que transcenderam gerações, surge COLORA como uma forma de disseminar a cultura local de modo que ela não se apague com o tempo.

Figura 35: Logo do Centro de Apoio a Cultura - COLORA



Fonte: Autor (2022)

5.1 Conceito e diretrizes projetuais

Segundo Ribeiro (2016, p.5) “os povos indígenas têm uma forte integração com a natureza; eles a respeitam e nela depositam o significado de sua cosmovisão, suas mitologias, suas memórias”. Nesse sentido, o conceito do projeto parte do “**respeito**” ao lugar (a Lagoa de Apodi) e a herança cultural indígena. Refletindo nas diretrizes projetuais:

1. Integração ambientes externo e interno, o natural e o edificado;
2. Experiência sensorial e proximidade com a natureza;
3. Resgate das formas, dos utensílios e da materialidade da cultura indígena;

Vale ressaltar que tais diretrizes dialogam com os objetivos da Política Urbana do Município de Apodi:

V - **A preservação do meio ambiente natural** e o **manejo adequado dos recursos** naturais locais, base necessária para o desenvolvimento equilibrado das atividades humanas no município.

VI - O adequado **desenvolvimento do espaço urbano de forma integrada e equilibrada com o meio ambiente natural**.

VII - **A proteção e valorização do patrimônio cultural e natural do município**, como elemento do desenvolvimento local (Plano Diretor do Município de Apodi, 2006, p. 7- grifo do autor).

5.2 Programa e Pré-Dimensionamento

A composição do programa arquitetônico-urbanístico parte de duas fontes: do diálogo informal entre o autor e a indígena autodeclarada Lúcia, que relatou o desejo de criar uma praça entre o Museu do Índio Luiza Cantofa existente e o restaurante do balneário da Lagoa, deixando o lugar mais atrativo aos visitantes; e do que está descrito no Plano Diretor do Município de Apodi (2006, p.10) como atividades de interesse urbanístico, aquelas relativas ao cumprimento das funções sociais da cidade, das quais se destaca neste trabalho: prestação de serviços, lazer, circulação de pessoas.

Vale ressaltar que não serão feitas intervenções no Museu. Contudo, para o restaurante se propõe a demolição do existente para criação de um novo, pois o existente está em péssimas condições de infraestrutura e uso. Com isso o programa arquitetônico-urbanístico foi dividido em seis itens: Praça (mobiliários e jardins); Restaurante (bar, cozinha, salão de refeição e banheiros); Centro de Convivência (café, ateliês de aula, secretaria, almoxarifado, DML, vestiário, banheiros, loja, copa); Áreas de contemplação (decks); Estacionamento; Via de acesso à área de intervenção (Figura 36).

Figura 36: Programa e Pré-dimensionamento.

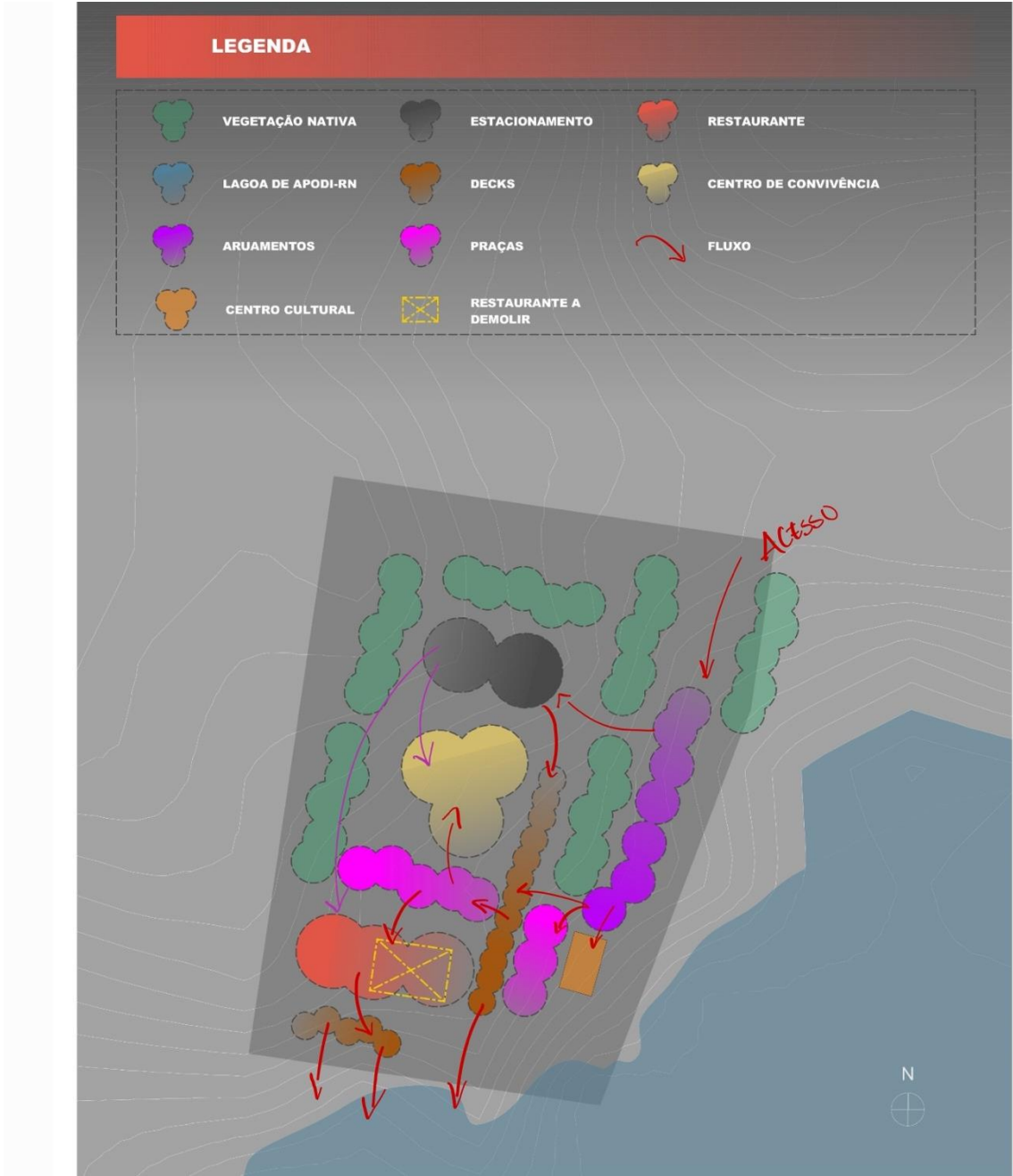
UNIDADE	AMBIENTES	QNT.	ÁREA	ÁREA TOTAL
APOIO CULTURAL	SALÃO DE EXPOSIÇÃO ABERTO	1	130,00	130,00
	SALA DE AULA/VIDEO	1	130,00	130,00
	CONFERENCIA			
	CAMARIM	1	15,00	15,00
	ATELIÊ	1	45,00	45,00
Área Útil da Unidade				320,00
ADM/COMERCIAL	SECRETARIA	1	10,00	10,00
	LOJA DE SOUVINIRS	2	16,00	32,00
	RESTAURANTE	1	30,00	30,00
	CAFETERIA	1	16,00	16,00
Área Útil da Unidade				88,00
APOIO/SERVIÇO	COPA	1	8,00	8,00
	ALMOXARIFADO	1	9,00	9,00
	DML	1	6,00	6,00
	WC MASCULINO PÚBLICO	1	45,00	45,00
	WC FEMININO PÚBLICO	1	45,00	45,00
	WC MASC/FEM			
	FUNCIONÁRIOS/VEST.	2	40,00	80,00
	CASA DE GÁS/BOTIJÃO DE GÁS	2	2,00	4,00
	CASA DE LIXO	1	2,00	2,00
Área Útil da Unidade				199,00
CIRCULAÇÃO	CIRCULAÇÃO HORIZONTAL	1	0,00	0,00
	CIRCULAÇÃO VERTICAL	1	0,00	0,00
Área Útil da Unidade				0,00
PRAÇA/PÁTIL	PRAÇA	2	0,00	0,00
Área Útil da Unidade				0,00
Área Total				607,00

Fonte: Autor (2022).

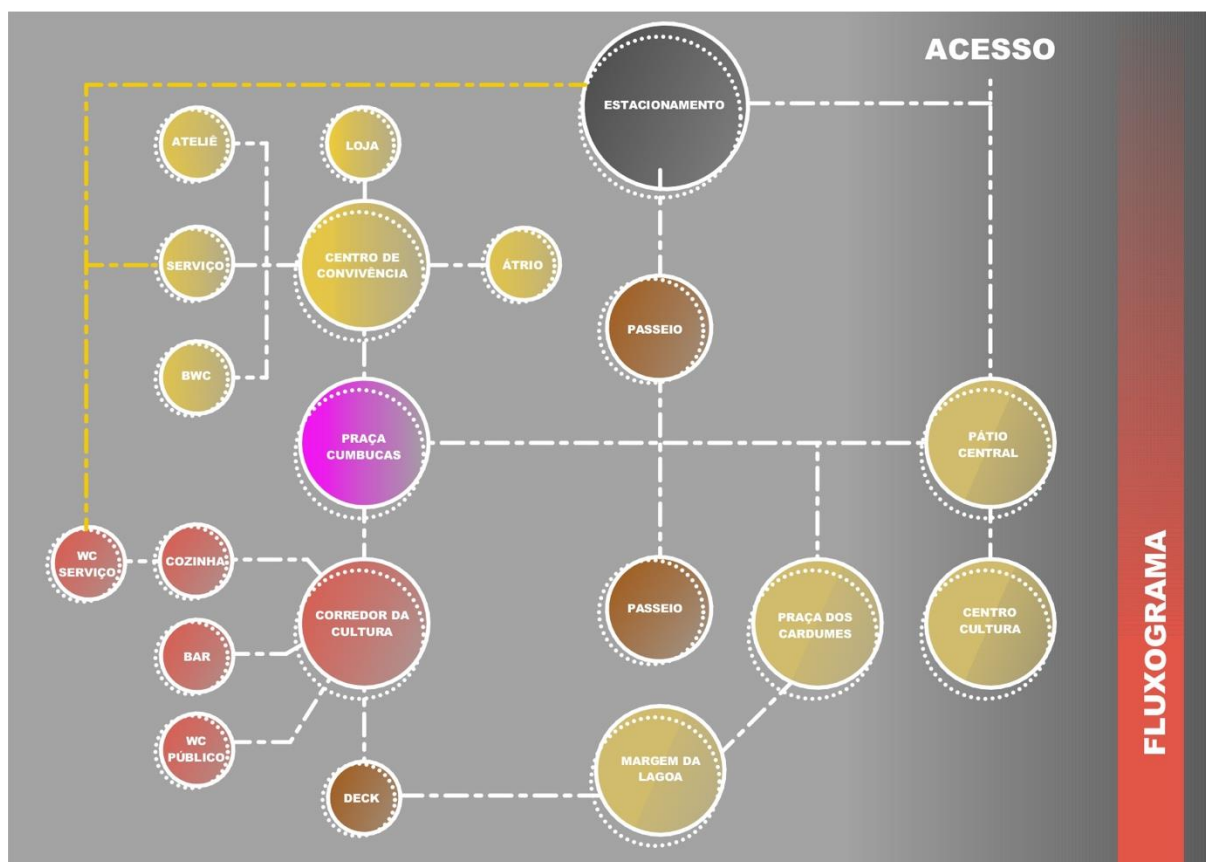
5.3 Zoneamento e Fluxograma

O zoneamento da intervenção parte da implantação do Museu do Índio Luiza Cantofa, do restaurante e da Lagoa de Apodi, lembrando que Lúcia relatou o desejo de criar uma praça entre o Museu e o restaurante do balneário da Lagoa. Outro aspecto diz respeito a faixa com largura mínima de 30 metros de distância para os equipamentos novos do restaurante, centro de convivência e estacionamento. Já os arruamentos e decks são dispostos de modo a integrar os equipamentos (Figura 37 e Figura 38).

Figura 37: Zoneamento dos equipamentos.



Fonte: Autor (2022).

Figura 38: Fluxograma dos equipamentos.

Fonte: Autor (2022).

5.4 Partido arquitetônico e Composição Volumétrica

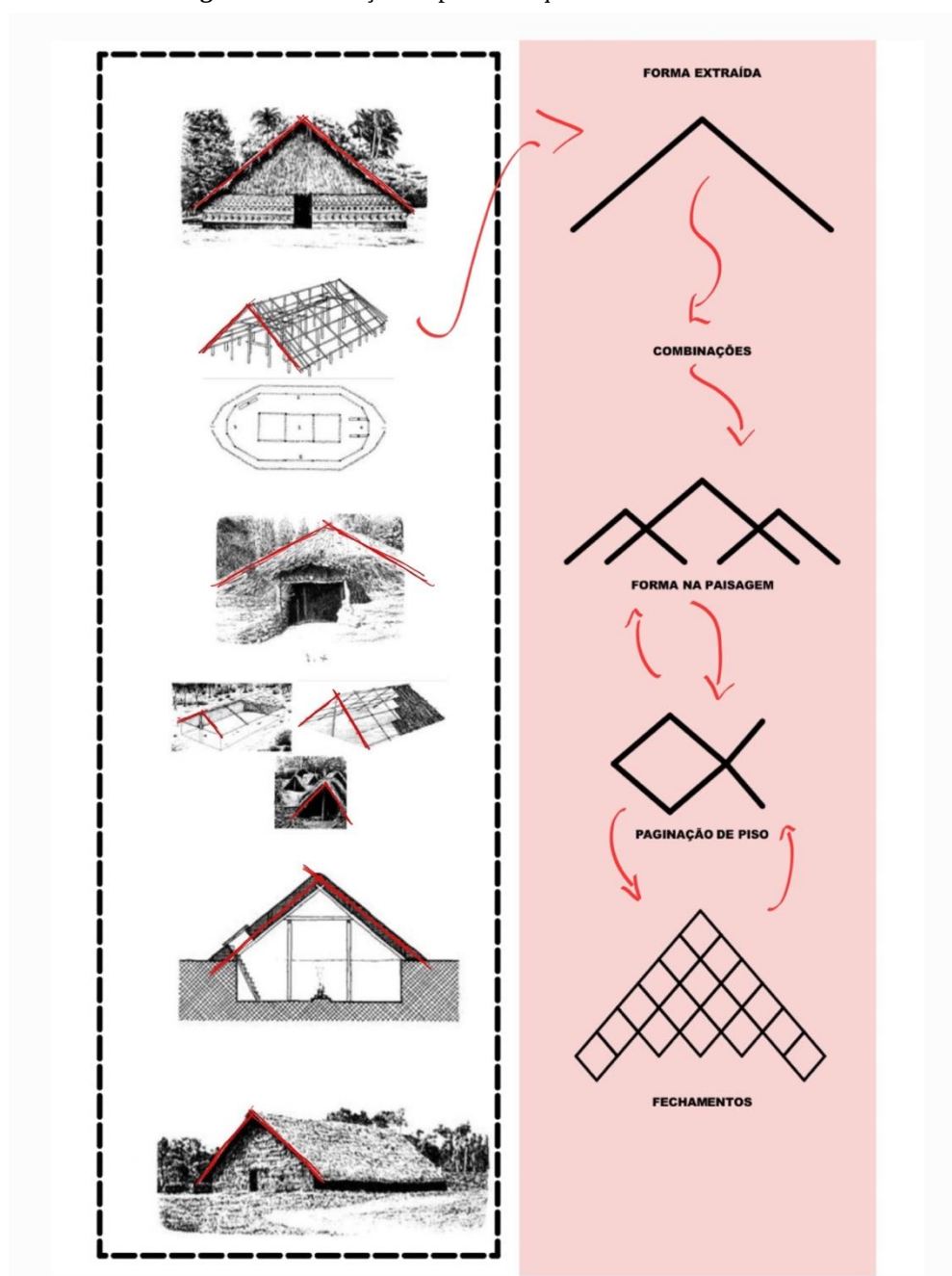
O partido arquitetônico e composição volumétrica do projeto partem da análise das formas mais comuns de habitação dos povos primitivos. Segundo Weimer (2014, p.2) existem diferentes versões sobre as origens dos povos ameríndios. Consequentemente, no que concerne à arquitetura, existem duas premissas contraditórias: “a desproporcionada extensão territorial implica na necessidade de soluções muito diversificadas ao mesmo tempo em que a homogeneidade da população pressupõe a existência de tradições construtivas próximas”.

Ainda, segundo o autor existem algumas variantes da arquitetura indígena, sendo que “houve uma evolução paralela em diversos tipos de moradias”, desde “simples construções subterrâneas” que “foram se tornando cada vez menos profundas até serem construídas sobre o terreno”. Outro fator está relacionado as condições climáticas de cada região, se “nos climas frios, as casas tinham de ser cuidadosamente vedadas para poder conservar o calor no interior, nos trópicos puderem se tornar abertas e construídas na direção dos ventos dominantes para tornar o interior mais agradável” (WEIMER, 2014, p. 9).

Outro aspecto observado é a forma das cobertas, que variam desde aquelas de duas “águas siberianas” até as de “cúpula” (WEIMER, 2014). Sendo que, segundo o levantamento do autor naquelas da região da América do Sul prevalecem as de duas águas (Figura 39).

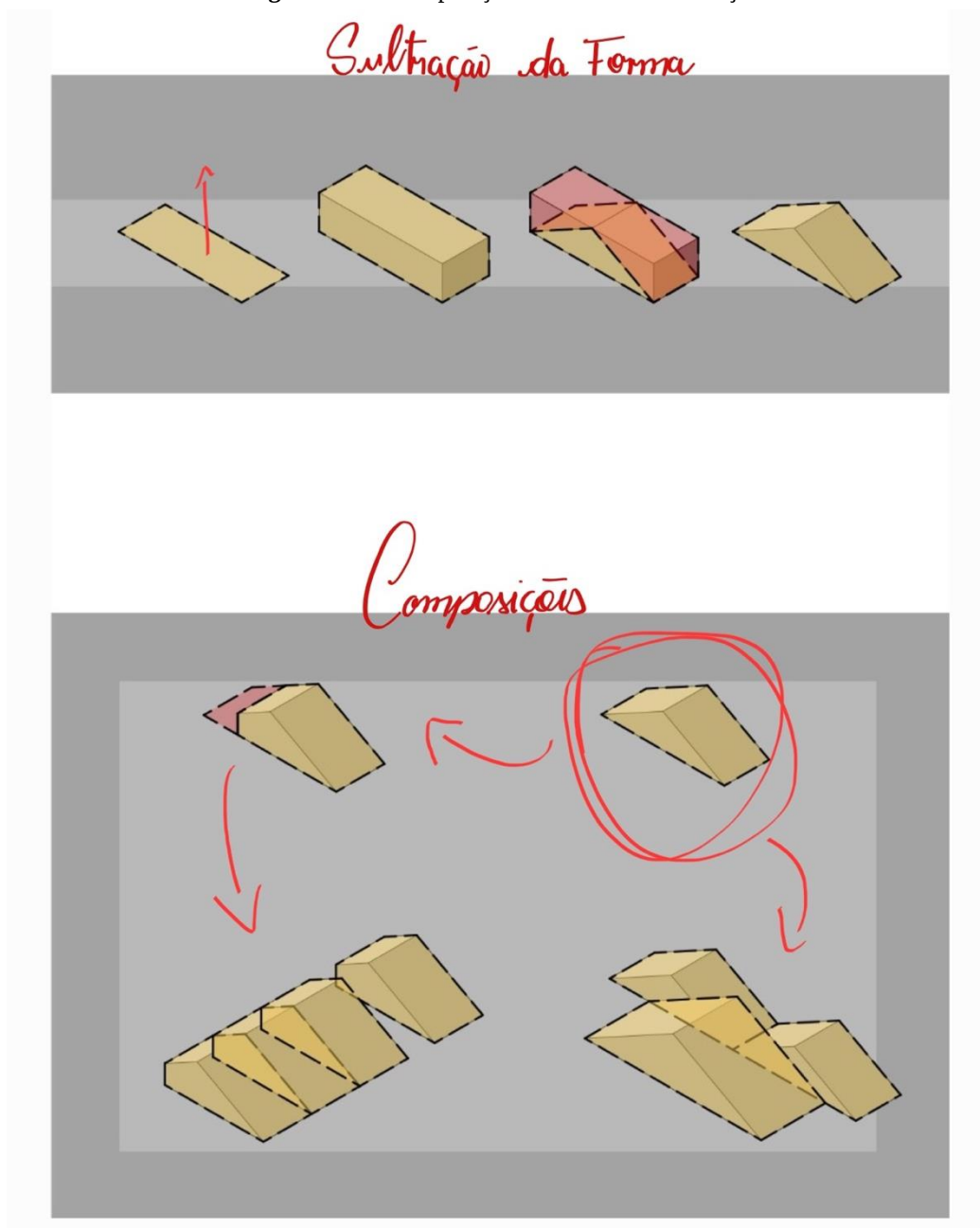
Com isso, o partido arquitetônico foi obtido a partir da decomposição da forma dos tipos arquitetônicos levantados, considerando a premissa de “homogeneidade” destacada por Weimer (2014), uma vez que não há registros da arquitetura do Tapuia Paiacu (Figura 40).

Figura 39: Definição do partido arquitetônico-urbanístico.



Fonte: Weimer (2014), adaptado pelo autor (2022).

Figura 40: Decomposição da forma das edificações.



Fonte: Autor (2022).

Com o resultado obtido nos estudos anteriores fez necessário a seleção de materiais presentes na região de modo que viabilize o acesso. Além disso outro fator foi o uso de técnicas tradicionais como forma de valorização da cultura. Desta forma para melhor direcionamento da proposta foi elaborado o moodboard com as principais características adotadas no projeto (Figura 41).

Figura 41: Moodboard.



Fonte: autor (2022).

Para a proposta foram consideradas a utilização de fundações convencionais em concreto e pedra. Quanto a estrutura utilizada foi adotada o uso de pilares de concreto dispostos a uma distância de 10 metros permitindo vãos maiores. Para a cobertura optou-se pelo uso de estrutura de madeira convencional que se alongam até as proximidades do solo. Para as vedações foram consideradas dois tipos, as paredes de solo-cimento com uso da técnica de taipa de pilão que além de ser um material de baixo custo não requer o uso de revestimentos, uma vez que possui texturas de beleza única.

O outro tipo de vedação utilizada são os painéis em madeira com venezianas, palha trançada e lona que permitem a passagem do vento e da luz de forma controlada, além das suas propriedades de isolamento térmico. Para o piso foi considerado o piso industrial que é encontrado com facilidades na região. Para a cobertura foi considerada a telha metálica sanduiche devido as suas características de atraso térmico.

Quanto ao exterior foi considerado o piso cimentício de blocos pré-moldados, decks de madeira para áreas que precisam vencer grandes alturas ou em áreas com restrições construtivas. Para os mobiliários urbanos foi considerado a criação de modelos exclusivos produzidos utilizando solo e cimento para criar textura semelhante a de peças de barro.

O projeto do Centro de Apoio a Cultura Apodiense e a requalificação do entorno do balneário da lagoa de Apodi seguem as relações estabelecidas no fluxograma, zoneamento,

conceitos e diretrizes destinadas a área de intervenção. Desta forma por meio da implantação geral do projeto é possível constatar as proposições realizadas nos dois platôs (Figura 42) considerados na proposta (Apêndice – Pranchas do projeto).

Figura 42: Setorização por platôs.



Fonte: Autor (2022).

Platô 1 – Térreo:

O térreo (nível onde está situado o Museu do Índio Luiza Cantofa) é destinado a prática de atividades, área de transição e área de contemplação. Para isso foi proposto a pavimentação da estrada de terra, além da implementação de ciclovias e uma via de passeio para pedestres, que conectam o Conjunto Bacurau I e a área da proposta. Antecedendo o acesso o empreendimento foi proposto o desvio da faixa destinada aos veículos direcionando-os ao estacionamento.

Um calçadão com vista para a lagoa, com mobiliários urbanos, deck, ciclofaixas e passeio para pedestres antecede o centro cultural e direciona os usuários aos outros equipamentos propostos (Figura 43). Entre o centro cultural e o platô 2 foi proposto uma praça de transição que dá acesso a lagoa com fontes interativas (splash pad) (Figura 44 e Figura 45). O acesso ao segundo platô é realizado por uma escadaria vermelha que faz referência a

pigmentação obtida do urucum e uma rampa acessível que atende aos critérios da NBR 9050/2020 que estabelece para rampas uma inclinação máxima de 8,33% (Figura 46).

Figura 43: Calçadão para a Lagoa de Apodi.



Fonte: Autor (2022).

Figura 44: Praça de transição.



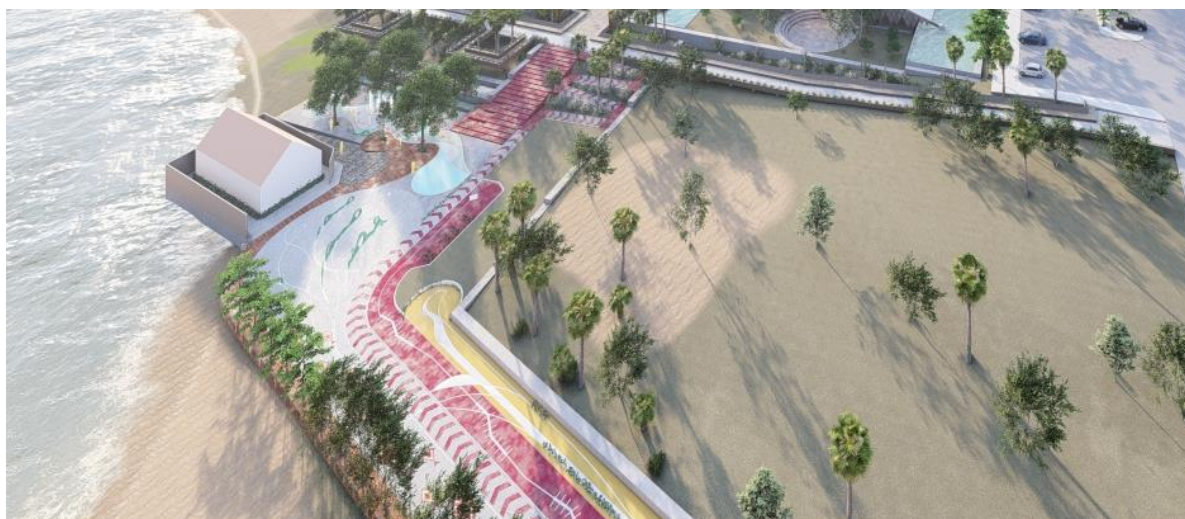
Fonte: Autor (2022).

Figura 45: Praça de transição, com detalhe para os *splash pads*.



Fonte: Autor (2022).

Figura 46: Calçadão para a Lagoa de Apodi, com escadaria e rampa para o Platô 2.



Fonte: Autor (2022).

Platô 2 – Pavimento Superior:

O pavimento superior concentra os equipamentos de apoio a cultura (restaurante e centro de convivência) junto a um passeio que se conecta ao estacionamento, decks e ao platô 1. Conectando o acesso ao restaurante e centro de conveniência foi elaborada uma praça com

mobiliários urbanos inspirados no artesanato e nas peças monolíticas encontradas no museu do índio (Figura 47 e Figura 48).

Figura 47: Praça do Platô 2, localizada entre o restaurante e centro de convivência.



Fonte: Autor (2022).

Figura 48: Praça do Platô 2, com detalhe para o mobiliário inspirados no artesanato e nas peças monolíticas encontradas no museu do índio.



Fonte: Autor (2022).

O restaurante dispõe de um salão principal que dá acesso ao um bar, a área de alimentação, decks e banheiros (Figura 49 e Figura 50). No bloco adjacente está a cozinha com área de armazenamento de alimentos, serviço e banheiros de funcionários.

Figura 49: Vista externa do restaurante, com área de deck.



Fonte: Autor (2022).

Figura 50: Vista interna do restaurante.



Fonte: Autor (2022).

O centro de convivência conta com amplo pátio coberto com estruturas de madeira que envolvem os jardins internos, anfiteatro integrado ao jardim frontal, loja, ateliê de artes e sala de vídeo conferência com possibilidade de integração total de espaço, cafeteria com cozinha, copa, banheiro de funcionários, DML, almoxarifado e banheiros com vestiário integrado (Figura 51, Figura 52 e Figura 53).

Figura 51: Vista externa do Centro de Convivência.



Fonte: Autor (2022).

Figura 52: Vista interna do Centro de Convivência.



Fonte: Autor (2022).

Figura 53: Vista interna do Centro de Convivência.



Fonte: Autor (2022).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou relacionar a Arquitetura e Urbanismo e a preservação da cultura de um povo. Partiu do interesse do autor em valorizar a cultura e o povo indígena da Cidade de Apodi/RN, que durante muitos anos sofreram com massacres e perda de seu território, desencadeando em um processo de marginalização e apagamento de seus costumes, saberes e práticas.

No processo de desenvolvimento do trabalho foram constados fatos que indicam a força e resistência desse povo, em especial o Museu do Índio Luiza Cantofa – Centro Histórico Cultural Tapuia Paiacu da Lagoa do Apodi, reforçando a importância de se oferecer condições que incentivem ainda mais este resgate da cultura local que tem relação direta entre patrimônio material, imaterial e paisagístico (Lagoa de Apodi).

Nesse contexto é que se apresenta o Projeto de requalificação do entorno do balneário da Lagoa de Apodi – RN, denominado COLORA: CENTRO DE APOIO A CULTURA APODIENSE, um espaço de lazer e cultura que visa proporcionar aos apodienses e turistas um ambiente de recreação e de conexão com a área e com a história da região, por meio de praças, espaços de caminhada e contemplação e prestação de serviços, promovendo o uso sustentável da área.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete et al. Trabalhando a diferença na educação infantil. **São Paulo: Moderna**, 2006.

ArchDaily Brasil. **Centro Cultural Shanghai Songjiang Guangfulin / CCDI**. 22 de Jan 2019. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/909905/centro-cultural-shanghai-songjiang-guangfulin-ccdi>>. Acesso em: 10 de nov. de 2022.

ArchDaily Brasil. **Museu de Cultura e História de Qingxi / UAD**. 30 de set 2022. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/989831/museu-de-cultura-e-historia-de-qingxi-uad>>. Acesso em: 10 de nov. de 2022.

ArchDaily Brasil. **Reabilitação da Orla Minhang / SPARK Architects**. 06 de nov 2021. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/971421/reabilitacao-da-orla-minhang-spark-architects>>. Acesso em: 10 de nov. de 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6492: **Documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos - Requisitos**. Rio de Janeiro, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 1994.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. **Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**, p. 17-25, 2006.

BELIZIO, L.A., and RADAELLI, I.M. Educação como ferramenta de preservação do patrimônio cultural brasileiro. In: DAVID, C., and CANCELIER, J.W., eds. **Reflexões e práticas na formação de educadores** [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, pp. 101-109. ISBN 978-85-7511-475-9.

CAVIGNAC, Julie A; ALVEAL, Carmen (coord). Guia Cultural Indígena Rio Grande do Norte. Natal: Flor do Sal, 2019.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**, v. 1, n. 1, p. 53-76, 2008.

DA SILVA LEITE, Ristephany Kelly. Territorialidades indígenas: Paiacú e Caboré na Ribeira do Apodi. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 6, 2020.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cadernos Cedes**, v. 25, p. 378-388, 2005.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Por que valorizar patrimônios culturais indígenas?. **Ciência e Cultura**, v. 60, n. 4, p. 34-36, 2008.

GUERRA, V. B. Apodi no passado e no presente. 2. ed. 1982. (Coleção Mossoroense. v. CII).

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas**. 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194&view=noticia>. Acesso em: 06 jun. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da Federação com data de referência 2020**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/apodi>>. Acesso em: 10 de mar. de 2022.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. 2012.

LEITE, Ristephany Kelly da Silva. Territorialidades indígenas: Paiacú e Caboré na Ribeira do Apodi. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 6, 2020.

LUCIANO, G. dos S. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: Acesso em: 17 nov. 2022.

MEDEIROS, Deisyane; NOME, Carlos; ELALI, Gleice. Construindo no clima quente e seco do Brasil: conforto térmico e eficiência energética para a Zona Bioclimática 7. **Seminário Internacional NUTAU2012**, p. 1-17, 2012.

NEVES, Renata Ribeiro. Centro Cultural: a Cultura à promoção da Arquitetura. **Goiânia: Especialize**, 2013.

RIBEIRO, Priscila Barbosa. **A sociodiversidade indígena no Brasil**. 2016.

SANTOS JÚNIOR, V. **Os Índios Tapuias do Rio Grande do Norte**: antepassados esquecidos. Mossoró, 2008. p. 32-37.

SANTOS, Jose Luiz dos. **O que é cultura**. Brasiliense, 2017.

SOUSA, J. P. **Patrimônio cultural imaterial indígena**: os tapuia paiacu do município de Apodi/RN. In: OLIVEIRA, G. M. C., and VIEIRA, K. M. A., eds. Patrimônio, povos do campo e memórias: diálogos com a cultura, a arte e a educação [online]. Mossoró: EdUFERSA, 2020, pp. 81-92.

UFSC, LabEEE - Laboratório de Eficiência Energética em Edificações da Universidade Federal de Santa Catarina. **ProjetEEE**. 1996. Disponível em: <<http://projeteee.mma.gov.br/>>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

WEIMER, Günter. Evolução da Arquitetura Indígena. **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, 2014.

APÊNDICES

Apêndice A – Pranchas

A partir da próxima pagina serão listadas as pranchas referentes ao estudo preliminar em folhas A1, adotando a seguinte sequência:

1. Planta de Situação;
2. Planta de Setorização;
3. Centro de Convivência – Planta de Cobertura;
4. Centro de Convivência – Planta Baixa Térreo;
5. Centro de Convivência – Cortes;
6. Centro de Convivência – Elevações 1;
7. Centro de Convivência – Elevações 2;
8. Restaurante – Planta de Cobertura;
9. Restaurante – Planta Baixa;
10. Restaurante – Cortes;
11. Restaurante – Elevações 1;
12. Restaurante – Elevações 2;
13. Imagens;